

# **Universidade Federal do Pampa**

**Trabalho de Conclusão  
de Curso**

**TRABALHO E RELAÇÕES FAMILIARES:  
UM DEBATE CONTEMPORÂNEO NO MEIO  
EMPRESARIAL**

**Acadêmica: Ana Paula Rochemabch da Rosa  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisângela Maia Pessoa**

**SÃO BORJA  
2012**

**ANA PAULA ROCHEMBACH DA ROSA**

**TRABALHO E RELAÇÕES FAMILIARES: UM DEBATE  
CONTEMPORÂNEO NO MEIO EMPRESARIAL**

Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisângela Maia Pessôa

SÃO BORJA  
2012

**ANA PAULA ROCHEMBACH DA ROSA**

**TRABALHO E RELAÇÕES FAMILIARES: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO NO  
MEIO EMPRESARIAL**

Trabalho Final de Graduação apresentado  
à Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho defendido e aprovado em 12 de janeiro de 2012.  
Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisângela Maia Pessôa  
Orientadora  
Serviço Social – Unipampa

---

Prof<sup>o</sup>. Ms. Fábio Gaviraghi  
Membro da Banca

SÃO BORJA  
2012



## BEM ERÊ

Dedico este Trabalho Final de *Graduação* a meu filho Bem Erê, meu menino do bem, luz da minha vida, razão do meu viver. Por você filho, por mim, pelo nosso futuro de saúde e sucesso, que, com muita paciência e perseverança, concluí mais essa etapa. Esse é só o começo de uma nova caminhada, repleta de maturidade, alegria e companheirismo. Agora mamãe é Assistente Social, e trabalhará sempre com determinação, ética e comprometimento profissional em prol de uma sociedade mais justa, cidadã e livre. Uma sociedade que também é sua filho é de todos nós. Obrigada por iluminar minha vida com seus lindos olhos azuis.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pela saúde que me deste para poder atingir meus objetivos e pensar conscientemente como enfrentar os desafios da vida.

A minha mãe, Lourdes, amada, que sem ela nada do que estou concretizando seria possível, mãe te amo e te agradeço pelo apoio, amor, paciência e dedicação da vovó mais perfeita que conheço.

Ao meu pai João Nelson, homem de garra, forte, exemplo de persistência, me ensinou a ser uma pessoa digna e, antes de tudo, ter amor pelo ser humano.

Às minhas irmãs queridas, Rosangela e Rosana, com as quais cresci e aprendi que a família com certeza é o nosso tesouro, o vínculo mais terno estabelecido entre os homens.

Aos meus sobrinhos, João Gabriel, Sofia, Davi e Pedro Henrique, anjos de luz que coloreem nossos dias.

Ao meu filho, Bem Erê a razão maior desse projeto de vida, o motivo da transformação, da disciplina, da busca pelas melhores escolhas. Filho, você é minha razão de estar aqui escrevendo essas palavras.

Às docentes que ministraram disciplinas, todas elas da maior qualificação e profissionalismo, que instigaram meu conhecer do Serviço Social.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elisângela Maia Pessôa, muitos trabalhos realizamos, enquanto bolsista, aluna, supervisionada, orientanda. Enfim, que foi uma das maiores colaboradoras da minha formação. Sua transparência, disponibilidade e principalmente seu vasto conhecimento adquirido na sua trajetória profissional fizeram com que eu me aproximasse com motivação do Serviço Social. Você é um exemplo de mulher, de profissional.

À empresa Sirtec Sistemas Elétricos, ao diretor Sr. Darci Schneid, bem como todas as equipes de trabalho da empresa que desde minha inserção foram muito receptivos e participantes desse processo.

A todas as famílias dos trabalhadores que abriram suas residências para o Serviço Social.

À assistente social Regina Castro Fernandes, companheira de visitas domiciliares, profissional dedicada, que busca pelo constante conhecimento da profissão.

## RESUMO

Observa-se na contemporaneidade as diversas transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho. Essas mudanças refletem tanto na vida do próprio sujeito que vive do trabalho, quanto de sua família, seja de forma objetiva ou subjetiva. Alterações e conflitos nas relações de trabalho podem ser agravadas por índices salariais, qualidade do trabalho, carga horária trabalhada, pacote de benefícios trabalhistas entre outros. O estudo tornou-se relevante à medida que buscou pesquisar a compreensão que os trabalhadores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos, do município de São Borja têm acerca da categoria trabalho, sendo essa determinante para o estabelecimento da identidade desses sujeitos que estão inseridos num processo produtivo diário. Nesse íterim torna-se relevante desvelar as novas tendências da relação estabelecida entre família-trabalho. Apresentou-se como o objetivo geral analisar como os trabalhadores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos compreendem a categoria trabalho e a influência da mesma no ambiente familiar para indicação de possibilidades de intervenções junto a trabalhador e família enquanto melhoria da qualidade de vida. A investigação foi realizada à luz do método dialético-crítico com enfoque da pesquisa qualitativa. A amostragem foi escolhida por adesão dentre os sujeitos que se colocaram a disposição totalizando treze pessoas, entre colaboradores e família. Foram realizadas entrevistas com aplicação de formulário contendo perguntas abertas. Enquanto resultados, chegou-se a conclusão que os sujeitos da pesquisa compreendem o trabalho como meio de prover as necessidades básicas de sobrevivência, enquanto autonomia financeira que viabiliza o acesso a bens e serviços. A relação que se estabeleceu entre trabalho e família foi de descontentamentos quanto a qualidade das relações estabelecidas. No que tange às influências das relações de trabalho no meio familiar o que se constatou foi uma grande influência do cotidiano de trabalho dos sujeitos no ambiente familiar, seja em decorrência do estresse físico e mental vivenciado nas atividades laborais que rebatem na convivência familiar, seja pela pressão vivenciada pelas famílias ocasionadas pelo risco sofrido pelos trabalhadores ao executarem suas atividades.

Palavras-chave: Trabalho, Família, Serviço Social.

## RESUMEN

Se observa en las diversas transformaciones contemporáneas que se están produciendo en el lugar de trabajo. Estos cambios de rebote en la vida del sujeto que vive en el trabajo, o su familia, ya sea objetivo o subjetivo. Cambios y conflictos en las relaciones laborales pueden ser agravados por los salarios, la calidad Del trabajo, las horas trabajadas, el paquete de beneficios para empleados y mucho más. Este estudio se convirtió en relevantes como la investigación busco comprender los empleados de la empresa Sirtec Sistemas Eléctricos, en São Borja tener sobre el trabajo de la clase siendo esta determinante para el establecimiento de la identidad de esas personas que se encuentran en un proceso de producción diaria. Mientras tanto, es importante dar a conocer las nuevas tendencias de la relación entre trabajo y familia. Se presentó como objetivo general de analizar cómo la empresa los trabajadores de categoría Sirtec Sistemas Eléctricos incluyen el trabajo y la influencia de la misma familia para la indicación de las posibles intervenciones con el trabajador y su familia al tiempo que mejora la calidad de vida. El estudio de llevó a cabo la luz del método dialéctico-crítico enfoque de la investigación cualitativa. La muestra fue seleccionada para ser miembro, entre los temas que se ponen a disposición un total de trece personas, entre trabajadores y sus familias. Se realizaron entrevistas con formulario de solicitud con preguntas abiertas. Como resultados, se concluyó que la comprensión de lo que los sujetos manifestaron su comprensión acerca de su trabajo fue que la obra es como un medio para satisfacer las necesidades básicas de supervivencia, mientras que la autonomía financiera que permite el acceso a bienes y servicios. La relación establecida entre el trabajo y la familia no estaba contenta con la calidad de las relaciones entre los trabajadores y sus familias. En cuanto a la influencia de las relaciones laborales en la familia se encontró fue una gran influencia de la labor diaria de los individuos en la familia, ya sea como resultado de la tensión física y mental con experiencia en actividades de trabajo que se reflejan en la vida familiar, ya sea por la presión que experimentan las familias causados por el riesgo que sufren los trabajadores para llevar a cabo sus actividades.

Palabras-clave: Trabajo. Familia. Trabajo Social.

## APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido.....	78
Apêndice B – Formulário de Entrevista.....	79



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESAS.....</b>	<b>13</b>
2.1. Trabalho e Relações Sociais.....	17
2.2. A gênese do Serviço social de Empresas no Brasil.....	19
2.3. A inserção do Serviço social na empresa Sirtec Sistemas Elétricos.....	23
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>27</b>
3.1. Problema de Pesquisa.....	27
3.2. Tipo de Pesquisa.....	28
3.3. Método Dialético e suas categorias.....	29
3.4. Coleta de Dados.....	35
3.5. Análise dos Dados.....	36
<b>4. TRABALHO E RELAÇÕES FAMILIARES: O RESULTADO DO ESTUDO.....</b>	<b>39</b>
4.1. A centralidade da Categoria Trabalho na vida dos sujeitos.....	42
4.2. Trabalho e família: impactos gerados pela relação capital x trabalho no meio familiar.....	50
4.3. Possibilidades de Intervenção do Serviço Social diante das expressões da questão geradas pela relação capital x trabalho.....	58
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>78</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A concretização da presente pesquisa tornou-se viável por meio da colaboração e disponibilidade da equipe gestora e de todos os trabalhadores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos, unidade São Borja. Este trabalho tem como elemento central de discussão a categoria trabalho e sua influência, importância e impacto na vida cotidiana, trabalhista e familiar dos sujeitos inseridos no âmbito empresarial enquanto pertencentes ao processo de produção.

Antunes (2002, p. 112) clarifica que “compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção”. Konder (2008) destaca que o trabalho é a mola que impulsiona o desenvolvimento humano é no trabalho que o homem produz a si mesmo, portanto o trabalho influi sob a identidade dos sujeitos. Na sociedade capitalista o mundo do trabalho sofre constantemente alterações, sejam elas por questões econômicas de mercado, pela crescente flexibilização, que é elemento fundamental da chamada reestruturação produtiva que teve início nos anos 90.

A globalização exige trabalhadores polivalentes, o que acirra as relações de concorrência, pois o mercado exige pessoas qualificadas. Antunes (2002) traz algumas considerações nesse sentido, pois no mundo da tecnociência a produção de conhecimento torna-se um elemento essencial da produção de bens e serviços. Processo esse que gera enorme massa de pessoas excluídas do mundo do trabalho. Considerando ainda a perspectiva hegeliana, Konder (2008) refere que foi o trabalho que criou para o homem a possibilidade de ir além da natureza. Distingue-se dos animais que agem apenas em busca de suas necessidades imediatas sem um planejamento sem a teleologia, que torna possível ao homem, antever, projetar o que se deseja produzir.

O cenário contemporâneo retrata níveis de exploração, desqualificação e precarização do trabalho em constante elevação (ocasionados pela flexibilização das relações de produção). Há ainda, dentro desse contexto de metamorfoses da reestruturação produtiva, a fragmentação, heterogeneização, complexificação e intelectualização do trabalho, marcando mais uma vez a centralidade que a categoria trabalho representa na vida dos sujeitos, mesmo que geralmente estejam alienados em suas atividades laborativas.

E essas tendências da modernidade, de incrementação do trabalho, inserção de novas tecnologias, demanda de trabalhadores polivalentes e dispostos a colaborar com as condições do sistema de produção vigente geram impactos em outra categoria dita essencial para o desenvolvimento humano: a família. Essas transformações do mundo do trabalho fazem com que as famílias de trabalhadores tenham de adaptar-se às normas do capital. Segundo Campos e Teixeira (2010) a família é uma das instâncias juntamente com o Estado e mercado, de proteção dos sujeitos, justificando assim, a relevância desse estudo, no sentido de instigar a reflexão acerca da relação estabelecida entre trabalho e família na sociedade atual.

Ainda conforme os autores aqui citados, o mundo do trabalho se transforma de maneira articulada com os padrões familiares e de proteção social, já que alguns objetivos dos membros de uma família são exteriorizados por meio do trabalho ou direcionados ao Estado nas políticas públicas. Sendo assim, trabalho e família estão intrinsecamente relacionados e um gera impactos no outro.

Este projeto de pesquisa teve o intuito de desvelar como o trabalho pode ser compreendido no cotidiano de produção dos trabalhadores da empresa Sirtec. Buscou-se ainda verificar se esses sujeitos atores da pesquisa refletem sobre suas atividades laborativas, indicando o que almejam do trabalho bem como as relações familiares se desenvolvem diante das demandas do trabalho. As famílias têm de organizarem-se e reorganizarem-se diante da cotidianidade, já que as transformações do mundo moderno são diárias, a informação corre na velocidade da luz e os sujeitos têm de darem conta das demandas que emergem de seu dia-a-dia.

O tempo disponível para cultura, lazer, esportes, agora é limitado, o trabalho vem como prioridade - não num sentido satisfatório, de realização pessoal - devido à urgência que as famílias têm de suprir suas necessidades de habitação, alimentação, saúde, educação, entre outras. O pai não está mais tão disposto ao diálogo, devido à seus turnos de trabalho exaustivos. O planejamento familiar de lazer, interação, viagens, fica comprometido, gerando um descontentamento ou baixa da qualidade de vida.

Mas todos devem “estar satisfeitos” – determinante cultural - porque no mundo atual o trabalho é escasso e quem tem a “sorte” de ter um e poder prover o lar deve dar-se por exultante, já que é necessária a satisfação das necessidades humanas. Toda essa trama desenvolve-se num contexto histórico, onde os sujeitos sociais criam a sociedade, o meio onde vivem. Iamamoto (2010, p. 348) conceitua

que “o trabalho é uma atividade racional orientada para um fim, à produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas”.

O homem transversalmente com a história transformou a natureza, criou meios de trabalho enquanto indivíduo pensante acumulou novas capacidades laborativas e qualidades. E nesse contexto de transformações, a família – referencial de proteção humana - se metamorfoseou, junto com o trabalho, acompanhando e defendendo-se do modo de produção que espreme os sujeitos e impõe regras, impõe ética e moral.

Na modernidade quem não tem um trabalho – diante dos olhares da sociedade - lida com preconceitos e não é digno de prover seu lar, de alimentar seus filhos. Ninguém reflete acerca da real face do capitalismo e suas manobras de exploração e exclusão de uma massa de trabalhadores. Os impactos que são gerados pelo trabalho no meio familiar serão discutidos nos desdobrados desse estudo.

O Trabalho de Conclusão de Curso II é composto por 4 capítulos, sendo o Capítulo 1 da Introdução, Capítulo 2 abordará o Serviço Social de empresa e a centralidade do trabalho, com subitens: Trabalho e relações sociais, a gênese do Serviço Social de empresas no Brasil e A inserção do Serviço Social na Empresa Sirtec Sistemas Elétricos. A metodologia da pesquisa será explanada no Capítulo 3 com os subitens: Problema de pesquisa; Método e suas categorias; Tipo de pesquisa; Coleta de dados e Análise dos dados.

O Capítulo 4 focaliza o Trabalho e Relações familiares: o resultado do estudo e seus subitens: A centralidade da categoria trabalho na vida dos sujeitos; Trabalho e família: uma relação em debate; Impactos gerados pela relação capital trabalho e suas influências no meio familiar; As possibilidades de intervenções do Serviço Social diante das expressões da questão social geradas pela relação capita/trabalho. Para concluir o estudo as considerações finais, referências, apêndices e anexos. Cada capítulo trará um resumo, que explanará a temática, indicando opiniões, contradições, demandas e possibilidades de intervenção do Serviço Social no contexto empresarial privado na qual os sujeitos da pesquisa estão inseridos.

## 2. A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA

Com o nascimento da era industrial no século XIX, caracterizou-se uma era de mecanização da produção, uma severa e profunda reformulação na concepção do trabalho, mudando, inclusive, a estrutura social e comercial. Essa era industrial trouxe os conglomerados às cidades, o aumento das grandes “massas de despossuídos”, o desemprego, as doenças, entre outras expressões da questão social.

Segundo Iamamoto (2010), as novas determinações da estrutura capitalista mundial, acionadas pelos grandes grupos industriais, instituições financeiras, mercado acionário de empresas com caráter cosmopolita da produção de consumo foram os elementos determinantes da produção e reprodução da questão social na atualidade. Pois esse capital financeiro assumiu o comando do processo de acumulação refletindo diretamente na categoria trabalho.

Iamamoto (2010, p. 70) assinala que nem toda a forma de trabalho é conferida uma forma de valor, pois na sociedade mercantil o trabalho era regulado pela troca de mercadorias, ou seja, “o valor das mercadorias expressa um tipo de relação de produção entre pessoas, que estão vinculadas entre si através das coisas, dos produtos do trabalho, os quais assumem a função de um intermediário, de portador de relação entre pessoas”. O valor pode ser considerado como intermediário de uma relação social, uma vez que estabelece comando. Iamamoto (2010, p. 61) destaca:

o trabalho que cria valor é uma forma social específica (histórica) de trabalho útil, que produz um valor de uso determinado, tendo por suporte um trabalho técnico-material concreto dirigido por produtores individuais mercantis e não pela sociedade.

Conforme Antunes (2007), na contemporaneidade estão acontecendo metamorfoses no mundo do trabalho, nos países de capitalismo avançado com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial (diminuição da classe operária pelo fator tecnológico), a expansão do trabalho assalariado, a heterogeneização do trabalho (incorporação do contingente feminino no mundo operário), a *subproletarização* (expansão do trabalho parcial, temporário, precário,

subcontratado, “terceirizado” e o desemprego estrutural). O trabalho, devido a essas mudanças estruturais, ganha certo estranhamento, passando a ser meio de subsistência, uma mercadoria (ANTUNES, 2006).

A realidade observada indica que quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem para consumir. O trabalho perde sua importância no imaginário humano, na medida em que o produto do trabalho é alheio a ele, já que o lucro o excedente é destinado ao bolso de seu patrão. Conforme Antunes (2006) o trabalho não mais o satisfaz, mas o desagrada. O trabalho não é mais voluntário e, sim, compulsório, forçado. Não é mais uma satisfação, mas uma necessidade. Logo Faleiros (2006, p. 130) aponta que “o trabalho é a inserção das relações sociais de classe, a mediação para a articulação de lutas sociais”.

Segundo Antunes (2006), o amplo processo de globalização e reestruturação do setor produtivo observados no panorama econômico e social do capitalismo mundial do século XX gerou a mecanização da produção, onde o operário foi substituído pelas máquinas, nas tarefas em que se podia automatizar e acelerar pela repetição. Este acontecimento trouxe também a redução dos preços e a popularização dos produtos criando, com isto, o aumento dos mercados e o desejo pelo consumo. Fazendo com que a classe trabalhadora trabalhe em condição alienada em função do aumento da possibilidade de consumo, mesmo não satisfeita com a atividade que realiza.

Amaral e Mota (2010) pensam que as transformações dos processos de trabalho enquanto exigência do modo de produção capitalista fazem emergir diversas variações de trabalhadores coletivos, já que com a flexibilização, as condições de trabalho e o trabalhador também mudam. São as novas formas de domínio do capital sobre o trabalho.

Iamamoto (2010) ressalta que o atual cenário das condições do trabalho é a personificação de coisas e a coisificação de pessoas que se intensifica, o produto em primeiro lugar e o ser que produz não considerado enquanto sujeito. Essas mutações ditadas pelo capital fazem com que os valores éticos, comportamentos, cultura e processos políticos também tenham os rebatimentos do movimento da realidade.

Esse movimento diz respeito às transformações ocasionadas pela reestruturação produtiva que segundo Cesar (2010, p. 118) é a “introdução de novos e modernos padrões de produção”, a flexibilização do trabalho, reorganização da

produção. Esses elementos dão origem à precarização das condições de trabalho, altos índices de desemprego, etc. Tais mudanças ocorreram no Brasil a partir da década de 90, quando houve a emergência de novas formas de gestão, com a requisição do assistente social juntamente com as reformulações nas políticas de recursos humanos, assinalando dessa forma o trabalho do assistente social vinculado à outras áreas do conhecimento..

A justificativa da requisição de Assistentes Sociais em empresas está no fato de que a instituição empresarial está dentro do contexto da dinâmica social enquanto gerenciadora de capitais e do processo produtivo, produtora de mais-valia e contradições. Motivos esses que demandam da atuação do Serviço Social como profissão mediadora de contradições geradas pela relação estabelecida entre capital e trabalho.

Nas tendências modernas de gestão empresarial situam-se a busca pela qualidade de vida dos trabalhadores para que haja a reprodução do capital. Mota (1987, p. 44) justifica:

Com efeito, para o empresário, a qualidade de vida é uma imposição da reprodução da força de trabalho. Entretanto é interessante observar que, de uma só vez, são obtidos dois resultados com o mesmo investimento: um, a reprodução propriamente dita da força de trabalho; o outro, a transformação de uma prerrogativa da produção em uma ação humanitária. Isso se traduz nas apologias feitas acerca do fato de que tanto a empresa como o empregado se favorecem com tal investimento. O trabalhador porque tem vida sadia, de melhor nível; a empresa porque viabiliza melhor o processo produtivo.

Assim se estabelece a relação das empresas com o Serviço Social, cuidar da qualidade de vida do trabalhador para que a reprodução do capital, sendo o lucro garantido mais facilmente. As estratégias das empresas para fomentar a produtividade são diversas, vão desde a política de assistência até o controle de conflitos entre instituição e trabalhadores. Essas práticas têm a intenção de revestir o capital, disfarçando a constante exploração das forças de trabalho pelo modo de produção. Tais reflexões reforçam um pensamento de Mota (1987, p. 49) de que:

o homem parece ser produto de circunstâncias sem, no entanto, fazer parte de sua construção, em outros termos, as circunstâncias imediatas determinam o homem, mas não são os homens que criam suas relações sociais.

Iamamoto (2010) explica que a base de fundação do Serviço Social enquanto profissão advém da questão social que, estranha a Marx, tem sua origem em meados de 1830, por meio do reformismo conservador – movimento da Igreja

Católica que influenciou o Serviço Social em suas origens – e está diretamente relacionada às transformações e desenvolvimento das forças produtivas, do regime capitalista. Então a categoria trabalho é o campo onde ocorrem os tensionamentos que são objeto de trabalho dos Assistentes Sociais.

Dessa maneira é válido observar então, que o Serviço Social tem grande participação na realidade das empresas. Iamamoto (2010, p. 163) reforça:

Os assistentes sociais por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.

Sendo assim, o Serviço Social na realidade empresarial soma na demarcação de tanto de inserção dessa profissão no referido contexto quanto no comprometido do Assistente Social com os sujeitos trabalhadores. A lógica do capital caminha para a sua reprodução, mesmo que os capitalistas apenas queiram garantir o seu lucro – apropriando-se da força de trabalho dos homens, devem assegurar melhor qualidade de vida, reconhecimento do trabalhador enquanto sujeito social, amenização de conflitos no ambiente de trabalho e conseqüentemente no âmbito familiar. Rico (1982, p. 51) colabora colocando que “nesse relacionamento empresa-empregado, surgem vários fenômenos que são considerados objeto de intervenção do Serviço Social de Empresa”

Para situar o Serviço Social de empresas é necessário situar o contexto na qual ele se insere, o tipo de empresa, de gestão, a realidade local, entre outros fatores condicionantes. Considerando que a profissão não dispõe de proposições prontas e sim depende da realidade na qual irá atuar.

A certeza que se tem mais uma vez é que as contradições ocasionadas pela relação entre capital e trabalho são alvos de intervenção do Serviço Social enquanto profissão historicamente inserida na luta de classes e nos rebatimentos do capital no cotidiano dos sujeitos.

O próximo ponto de abordagem do trabalho é a questão que concerne a categoria trabalho e as relações sociais, como as relações sociais dos sujeitos emergem diante do trabalho, o que são relações sociais no mundo contemporâneo da produção acelerada.



## 2.1. TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS

Na era feudal, os vínculos de trabalho eram mantidos num sentido de submissão entre o senhor e o servo. Na contemporaneidade do capital essas relações estreitas deixam de existir, a proteção do senhor para com o servo na modernidade é caracterizada pelo salário pago pelo patrão ao trabalhador que vende sua força de trabalho.

Rico (1982, p. 49) clarifica os elementos constitutivos do processo de trabalho no sistema capitalista: “a) O próprio trabalho entendido como uma atividade adequado a um fim; b) O objeto de trabalho, ou seja, a matéria que se aplica o trabalho; c) Os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”.

De acordo com Faleiros (2006, p. 127) as relações sociais “são vínculos que os homens criam entre si nas condições dadas pela história, vínculos multifacetados, diversificados, determinados pelo modo de produção e articulados entre si”. Ou seja, na cena atual, as relações sociais que se estabelecem acompanham a variação dos mercados, as regras e tendências do modo de produção capitalista, não são simplesmente vínculos de solidariedade despidos dos interesses ditados pela burguesia.

Mas não se pode apenas expor o que está errado, sem buscar alternativas de superação das contradições existentes nesses contextos- empresariais. O Serviço Social enquanto categoria profissional que defende um projeto de sociedade mais justa e igual deve trabalhar no intuito de incluir os sujeitos, os trabalhadores em seus processos de trabalho, buscar amenizar ou reverter situações de alienação e insatisfação devido à precariedade das relações estabelecidas em seu cotidiano laboral. Conforme Fritsch e Rocha (2002, p. 59):

A participação do homem nos processos de trabalho, bem como sua interação em equipes, comitês e comissões estimula a capacidade intelectual e oportuniza um ambiente de trabalho e condições de vida mais produtiva e agradável.

Enquanto os trabalhadores não forem vistos como sujeitos, cidadãos dotados de direitos e deveres, a qualidade de vida dos mesmos e de suas famílias estará comprometida. Fritsch e Rocha (2002, p. 59) explanam:

A qualidade de vida no trabalho relaciona-se diretamente com as possibilidades concretas, de no trabalho, as pessoas serem compreendidas como sujeitos humanos integrais, ou de terem respondidas as suas expectativas, necessidades, desejos, etc.

O Serviço Social dentro dessa realidade atuará nas mediações das relações estabelecidas em empresas muito ou pouco flexíveis – dependerá da realidade organizacional. Enquanto profissional dotado de uma autonomia relativa, o assistente social lançará mão de criatividade, táticas e alianças para “ampliar alternativas de ação para a defesa da cidadania”. Faleiros (2006, p. 137)

O impacto da categoria trabalho nas relações sociais dos sujeitos se dá em larga escala, logo que o ser que trabalha se destitui de todas as outras faculdades de sua existência para dedicar-se exclusivamente ao seu trabalho, prontamente que ele necessita manter-se vivo. Antunes (2007) revela que o capitalismo provoca o empobrecimento humano, converte os sujeitos apenas em seres que trabalham isentos de necessidades. O autor conceitua essa situação como “homogeneização” e “redução” das necessidades do ser social que trabalha.

E nesse complexo contexto de descartabilidade dos sujeitos, há a necessidade da luta de classes, para que ocorra a mediação de contradições que emergem do modo de produção capitalista. Mediações essas concretizadas por meio de sindicatos, associações, partidos. Deve haver a mobilização, a consciência crítica da classe trabalhadora para que o capital oprima o homem a ponto dele próprio desaparecer enquanto sujeito.

Antunes (2007, p. 123) ainda assegura que “é a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não-humanas. Essa afirmativa de Antunes resume esse capítulo, que buscou compreender a influência da categoria trabalho diante das relações sociais. O homem cria-se, origina-se enquanto ser social no seu trabalho, no que produz, já que todos vivemos em um contexto que é guiado pelas normas do mercado.

O movimento dos trabalhadores por reconhecimento enquanto sujeitos -, que têm uma vida individual, particular, dotados de afetos, colaboração entre si e suas famílias – deve ser uma constante em seus cotidianos de trabalho, onde a força dos sujeitos mobilizados conjuntamente com certeza renderá bons frutos. Faleiros (2006, p. 137) ajuda nessa reflexão:

O trabalhador que dispões de força de trabalho também é uma força social e política que precisa se fortalecer para realizar-se. Este fortalecimento implica estabelecer ações em conjunto, estratégias e táticas entre pessoas-sujeitos e organizações para que se produzam efeitos de exigência de direitos, ruptura de laços de opressão e dominação no cotidiano, desenvolvimento da esfera da compreensão e da identidade pessoal no seu relacionamento.

Estas alternativas são possíveis, já que os seres humanos são dotados de capacidades e qualidade que podem auxiliá-los nos processos de transformação do cotidiano. A luta de classes deve permanecer ativa, os trabalhadores não podem tornarem-se seres apolíticos, sem identidade. O Serviço Social está intrinsecamente ligado aos movimentos de classe, posicionando-se de maneira a mediar esses conflitos ocasionados pela relação entre capital e trabalho e que afetam diretamente a vida dos trabalhadores e suas famílias.

## **2.2. A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESAS NO BRASIL**

A gênese do Serviço Social de empresas no Brasil vem paralelamente ao processo de industrialização que aconteceu por meados dos anos 30 e 40, advinda das estratégias do “Estado Novo” no governo Vargas. Conforme Freire (2006) a inserção do Serviço Social em empresas deu-se com o advento das primeiras grandes estatais, onde os Assistentes Sociais atuavam na fiscalização do Ministério do Trabalho e no Serviço Social da Imprensa Nacional.

Foi diante do Movimento de Reconceituação do Serviço Social nos anos 60 que a categoria iniciou um movimento de repensar, refletir acerca da teoria e práticas profissionais. Esse movimento ocasionou a inserção do profissional em diversas áreas, que demandavam da sua atuação específica, já que com o avanço da industrialização as vulnerabilidades das populações se agravavam.

E nesse contexto surge a requisição de assistentes sociais no âmbito empresarial Rico (1982, p. 42) elucidada:

A especialização do Serviço Social por campos ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do Serviço Social como profissão. Conforme as problemáticas derivadas do sistema social exigiam maior especificidade para o seu atendimento, surgiam profissionais a elas voltados e que, portanto, acabavam por acumular experiências práticas na área.

A autora afirma que as primeiras tentativas de assistência aos trabalhadores estão ligadas aos Círculos Operários, em 1930, sob o impacto da Revolução Industrial.

Nessas empresas estatais o trabalho do Assistente Social se desenvolvia junto ao acompanhamento individual aos trabalhadores e suas famílias. Vale ressaltar a criação da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT- em 1943, assim como o aparecimento de entidades patronais como SESI (Serviço Social da

Indústria), O SESC (Serviço Social do Comércio) no atendimento à população assalariada no âmbito do bem-estar dessa classe que emergia nos grandes pólos industriais.

Apesar de o Serviço Social dar seus primeiros passos na década de 40 com um trabalho voltado para a saúde do trabalhador (prevenção dos acidentes de trabalho) e previdência foi mesmo nos anos 60 com os movimentos operários na cena brasileira, que se criou um ambiente propício para a inserção do Assistente Social nesse campo de trabalho. Freire (2006, p. 65) esclarece:

a inclusão do Serviço Social na empresa, devido a conjunturas específicas, é notória a partir de 1960, embora apresentando experiências esparsas, no Sul e no Nordeste do Brasil, a partir dos anos 40.

Freire apud Carvalho (2006) articula que é do ano de 1941 o primeiro relato de experiência – no I Congresso de Direito Social - de uma Assistente Social de empresa, seu nome é Yolanda Maciel que atuava enquanto fiscal sindical do Departamento Estadual do Trabalho. Freire (2006) aponta que o Assistente Social vinha “suprir algumas lacunas deixadas pela organização da empresa, entre elas a comunicação de direitos”.

Nas empresas privadas o Serviço Social foi ser implantado nos anos 80, com o fortalecimento dos movimentos sindicais da classe trabalhadora, bem como da modernização do trabalho. Freire (2006, p. 71) ainda elucida:

[...] ele também surge impregnado do caráter assistencialista e clientelista conservador, sobretudo na Administração Central. O trabalho passa pelas diversas concepções quase ao mesmo tempo, tendo origem a partir das demandas de trabalhadores junto à área de Recursos Humanos, coincidentes com o movimento de uma greve na empresa, ocorrida no bojo do movimento sindical da segunda metade dos anos 80.

É no contexto de transformação do mundo do trabalho, que o profissional do Serviço Social de empresas vem repensar a questão do trabalho e as diversas relações oriundas dessa relação. A partir das décadas de 70 particularmente 80, por meio dos Grupos Gessot e Meta – grupos informais de estudo da área empresarial formados por Assistentes Sociais, que propõem programas de atendimento das necessidades demandadas pelos trabalhadores – emergem discussões sobre a presença significativa de Assistentes Sociais nas empresas.

Na década de 70, época da repressão e do milagre econômico, a teoria do Serviço Social de empresa girava em torno de assessorias aos empresários, elaboração de programas por meio de um método genérico de diagnóstico e

intervenção. Já no final desta década, quando ocorria o arrocho salarial no governo de Geisel, o setor de Recursos Humanos (RH) estabelece vínculo com o Serviço Social para maximizar a satisfação da relação homem-trabalho, contribuindo para a humanização das condições de trabalho.

Nos anos de 1982 e 1983 período em que foi criada a CUT e que o movimento trabalhista estava em alta, o Serviço Social de Empresa objetivava a superação de fenômenos que reproduzem a relação homem-trabalho no contexto capitalista, exercitando experiências de conscientização, participação, organização do operário. Mas este trabalho se dava à nível teórico-crítico sem sistematização. Num contexto de organização política das classes trabalhadoras, de negação do conservadorismo profissional que tanto as empresas públicas estatais quanto as empresas privadas incorporam em seus quadros funcionais, o profissional do Serviço Social vinha conforme Mota (1985, p. 16):

Confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais, isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família.

De acordo com o Grupo Meta (1974) o Serviço social de Empresa procurou estabelecer um entrosamento entre seus aspectos econômicos, financeiros, técnicos e sociais; oferecer campo de realização profissional e relacionamento pessoal aos que nela trabalham; integrar-se na comunidade; contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade e garantir a satisfação das necessidades básicas de seus trabalhadores. Buscou-se, a partir de então, “assistentes sociais com o objetivo de manter o equilíbrio entre os trabalhadores e sua situação de trabalho” (RICO, 1982, p. 43).

Mota (2010) diz que a partir dos anos 90 viveu-se a reestruturação produtiva em resposta à crise de acumulação capitalista, onde aconteceu uma reorganização dos mercados – por meio da inserção de novas tecnologias, novos e modernos padrões de produção e padrões mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador. Essa reorganização interferiu diretamente na organização da sociedade, nas relações estabelecidas entre capital e trabalho, bem como no papel desempenhado pelo Estado.

Assim, na cena contemporânea o trabalhador vulnerável socialmente, que se depara com política públicas fragilizadas têm na empresa um situação de

dependência, potencializando sua subordinação e exploração. Mota (2010, p. 121) explica que nesse contexto:

do mesmo modo que os benefícios extra-salariais, os incentivos também se apresentam como instrumentos capazes de “prender” o trabalhador a empresa e, conseqüentemente, potencializa a sua subordinação, cada vez maior às normas de produção.

Como o comportamento produtivo se modificou a ação profissional do Serviço Social também, demandando de assistentes sociais integrados com as equipes de recursos humanos das empresas, cooperando para a melhoria da satisfação das necessidades humanas dos trabalhadores.

Na atualidade a “forma de ser no trabalho” é marcada pela heterogeneidade no ambiente empresarial, onde convivem terceirizados, subcontratados e empregados “formais”, força de trabalho super especializada, trabalhadores com conhecimentos básicos expostos a condições precárias de trabalho. Desta maneira, o Serviço Social, entra na cena empresarial mediando o trabalho nas relações entre chefia e colaboradores, trocando a função de “prestação de serviços sociais” da atuação tradicional pela nova roupagem da era tecnológica, que inclui as assessorias. A empresa seria segundo Rico (1982, p. 47):

Uma instituição privada onde os dirigentes e os assalariados estabelecem uma relação entre a defesa de seus interesses e o alcance de fins reconhecidos como legítimos por uma determinada sociedade. É o local onde as forças sociais negociam e chegam a definir as regras de confronto, a institucionalização dos seus conflitos.

Ressalta-se que o projeto ético político profissional esta comprometido com a defesa dos direitos humanos e sociais, com a construção da cidadania para todos, alicerçada na ampliação da democracia nos campos econômico, político e cultural.

Mesmo que o trabalho dos assistentes sociais no âmbito empresarial encontre limitações – o lucro justificando a precarização e flexibilização do trabalho, estratégias estas do modo de produção capitalista – o profissional deve atuar junto às chefias/direção, contribuindo para a criação de estratégias de intervenção que contribuam para o fortalecimento da classe trabalhadora, levando em conta a centralidade do trabalho nas relações sociais Mota (1998, p. 119, 120) articula:

[...] responder crítica e criativamente às imposições da reestruturação, bem como lutar em defesa das condições em que se realiza o processo de trabalho do assistente social, são os principais desafios enfrentados pelos profissionais da esfera privada, bem como por todos que vendem sua força de trabalho no atual contexto social [...].

Verifica-se a necessidade de investigação acerca do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, visto que há repercussão na subjetividade dos cidadãos e na produção da vida material. Ao profissional do Serviço Social cabe proporcionar mediação nesses espaços sócio-ocupacionais, clarificando para os trabalhadores suas condições reais de trabalho, relações de poder, exploração e salientando os direitos desses trabalhadores.

Ressalta-se que presente estudo possibilitou investigar a compreensão dos colaboradores e suas famílias acerca da categoria trabalho, o significado do trabalho no processo de construção dos indivíduos sociais e na produção da vida material, a qualidade do trabalho que desenvolvem e sua identidade com o trabalho. Nesta perspectiva é que a pesquisa garante o conhecimento intelectual para a profissão, além de possibilitar a contribuição às diversas áreas do conhecimento, permite a conexão às demandas da classe trabalhadora. Além de investigar as concepções acerca da categoria trabalho, foi proposto ainda que os trabalhadores e suas famílias expusessem suas opiniões quanto o papel e a importância do assistente social na área empresarial. O item que segue explanará a inserção do Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja na empresa Sirtec Sistemas Elétrico.

### **2.3. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA SIRTEC SISTEMAS ELÉTRICOS**

A empresa Sirtec Sistemas Elétricos foi fundada no ano de 1992, é especialista em projetos, construções e manutenção de redes elétricas tanto em áreas urbanas quanto rurais. A abrangência da empresa é de aproximadamente 60 municípios das regiões da Fronteira oeste, Central, Campanha, Missões, Noroeste e Sudoeste do estado, possui sua sede em São Borja, em área urbana.

A Sirtec Sistemas Elétricos é uma empresa que trabalha com aproximadamente 400 colaboradores, com suporte de setores de recursos humanos

(psicologia, segurança do trabalho, etc), financeiro, projetos, logística, gerente geral e proprietário. Possui uma média de 135 veículos, dispondo de uma frota de caminhões e camionetas equipados e profissionais em várias frentes de trabalho.

O Grupo Gestor é composto por seis sujeitos mais o diretor/proprietário da empresa. No que tange às equipes de operação, é composta pelas equipes A e H. Na equipe A trabalham dois sujeitos no corte e religue e na equipe H trabalham seis sujeitos em caminhões, realizando a manutenção e construção de redes elétricas, composta por um servente, três eletricitas, um operador de guindauto e um encarregado. Tais informações foram embasadas em dados retirados do site da empresa, bem como do jornal denominado Sircular.

Já a equipe de apoio é aquela que realiza as atividades administrativas e de recursos humanos, somam em média trinta trabalhadores subdivididos nos setores de logística, projetos, segurança do trabalho, administração, financeiro, recursos humanos, psicologia, entre outros.

A empresa trás enquanto missão contribuir para o bem estar e o desenvolvimento da humanidade. Tem como visão o preceito de ser uma empresa visionária, cumprindo sua missão com devoção aos valores que acredita, pensando sempre no crescimento, sendo referencial de si mesma e com metas que culminam na busca de resultados em tudo, mantendo no seu meio somente pessoas comprometidas, satisfeitas e produtivas.

Faz da cortesia, atenção, seriedade, eficiência, otimismo e comunicação adjetivos que corroboram com a imagem que repassa à sociedade. Prima pelo bom relacionamento com os clientes e a qualidade dos serviços prestados para manter alto nível de consciência de suas crenças e valores, sendo estes fatores condicionantes para a construção de sua identidade própria.

Os recursos institucionais da empresa são salários, benefícios, equipamentos, cursos de capacitação e manutenção que se concentram no setor financeiro, visto que a empresa é uma instituição privada que recebe dotação orçamentária das concessionárias na qual trabalha (AES Sul, CEEE e RGE).

Com o intuito de inserir o Serviço Social no âmbito empresarial foi realizada reunião com os gestores para a apresentação das propostas do Curso de Serviço Social. Em parceria com a Universidade Federal do Pampa/Campus São Borja a empresa em 2010, possibilitou a abertura de campo de estágio em Serviço Social, por meio do Projeto de Extensão "Consultoria Social enquanto possibilidade de



melhoria da qualidade de vida do Trabalhador” desenvolvido pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elisângela Maia Pessôa que posteriormente recebeu o reforço da Assistente Social Regina Castro Fernandes enquanto colaboradora do projeto.

Dentre as possibilidades apresentadas pela equipe do Serviço Social a empresa solicitou acompanhamento familiar dos colaboradores por meio de visitas domiciliares para conhecimento da realidade dos mesmos, bem como o acompanhamento de funcionários afastados.

O referido projeto além de executar essas atividades buscou fortalecer e encaminhar as demandas observadas a partir das necessidades dos trabalhadores. Realizou-se atendimento individual e grupal, oficinas, palestras e cursos de geração de renda com colaboradores e familiares pela equipe do Serviço Social. Diante deste contexto, Mota (1987), irá indicar que o profissional de Serviço Social, no contexto organizacional deverá, pois, criar um projeto social, no qual a empresa irá eleger dentro das proposições deste profissional as demandas passíveis de intervenção. Nesse contexto, então o Assistente Social construirá estratégias de ação para atendê-las, considerando as especificidades do requisitante organizacional.

Por meio da experiência adquirida em Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II na parceria UNIPAMPA/Sirtec surgiu o interesse de aprofundar estudos quanto a centralidade da categoria trabalho no cotidiano dos colaboradores, visto que as aproximadamente 70 visitas domiciliares realizadas centraram-se em questões referente ao perfil sócio-econômico e necessidades imediatas, não debatendo especificamente a questão do trabalho enquanto atividade produtiva e como os trabalhadores se sentem e se vêem enquanto integrantes do processo de produção.

O Trabalho Final de Graduação II foi enviado ao diretor da empresa que realizou a leitura e agendou reunião com a autora para devidos esclarecimentos. Esta proposta de trabalho foi explicitada durante o café coletivo – utilizando-se da ferramenta de PowerPoint para apresentação - realizado na empresa, para os trabalhadores e equipe gestora.

Diante da temática escolhida, este trabalho está estruturado em tema, escolhido de acordo com a identificação da autora pelo assunto. Delimitação do tema, que corresponde ao local, tempo e espaço aonde o estudo irá realiza-se. Justificativa, que engloba a relevância do estudo em questão. Problema de pesquisa, que de acordo com Gil (2007, p. 50) tem a ver com grupos, instituições,

comunidades ou ideologias que o pesquisador se relaciona. Objetivos que sinalizam para quais os fins ou metas que o pesquisador pretende atingir. Questões norteadoras, componentes do projeto que dão direção à pesquisa conforme os objetivos estabelecidos.

Este projeto tornou-se relevante ao mesmo tempo para a comunidade acadêmica no intuito de investigar e desvendar as possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social no âmbito empresarial. Destaca-se que esse espaço ocupacional é incipiente no município de São Borja, carece de maiores estudos e divulgação de possibilidades.

Este campo de intervenção apresenta assim como os outros campos de atuação do Serviço Social, expressões da questão social advindas da categoria trabalho e seus impactos nas relações sociais e familiares, nesse sentido torna-se essencial um maior número de produções que possibilitem repensar que os espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais devem ser reconhecidos e fortalecidos pela categoria que carece de desenvolvimento na área empresarial, principalmente em regiões não tão desenvolvidas com a da Fronteira oeste do Rio Grande do Sul. No seguimento desse trabalho vem a metodologia utilizada na sua elaboração.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia de pesquisa revela o caminho percorrido pelo pesquisador, para o desvendamento da realidade. A mesma engloba o método, as técnicas, concepções teóricas e a sensibilidade do pesquisador para desenvolver o trabalho objetivado. A metodologia na pesquisa é de suma importância, pois estabelece parâmetros para a elaboração do estudo. Segundo Minayo (2007, p. 47):

A seção de metodologia contempla a descrição da fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, critérios e estratégias para escolha do grupo/sujeitos de pesquisa, a definição de métodos, técnicas e instrumentos para construção de dados e os mecanismos para entrada em campo), as etapas do trabalho de campo e os procedimentos para análise.

Neste capítulo apresenta-se o processo pelo qual foi organizada a pesquisa. Explicita-se o problema de pesquisa, tipo de pesquisa adotado no projeto, o método e suas categorias, a questão da coleta de dados e análise dos dados. O tema central da pesquisa gira em torno da categoria Trabalho e sua influência no contexto familiar dos trabalhadores da empresa. Esse estudo foi realizado na Empresa Sirtec Sistemas Elétricos estabelecida no município de São Borja, devido à experiência vivenciada pela acadêmica por meio do estágio obrigatório em Serviço Social I e II desenvolvido na instituição.

#### **3.1. PROBLEMA DE PESQUISA**

O problema de pesquisa dá origem à problemática que se pretende investigar, que podendo está ser comprovada por meio de métodos científicos. Segundo Gil (2001, p.50) “a escolha do problema tem a ver com grupos, instituições, comunidades ou ideologias com que o pesquisador se relaciona”. A relevância do problema de pesquisa está na produção de novos conhecimentos, por isso a importância do levantamento bibliográfico pelo pesquisador da área de estudo em questão.

Gil (2001, p.51) faz apontamentos no sentido de que “o problema será relevante na medida em que as respostas obtidas trouxerem consequências favoráveis a quem o expôs, ou seja, será relevante se o problema for respondido, trazendo consigo soluções. A partir das inquietações geradas no processo de estágio obrigatório em Serviço Social formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como os trabalhadores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos compreendem a categoria trabalho e a influência da mesma nas suas relações familiares?

Para dar subsídios a essa pergunta e/ou problema de pesquisa foram formuladas questões norteadoras que foram as seguintes: Qual compreensão dos trabalhadores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos acerca da categoria trabalho? Quais expressões da questão social observadas nesse processo? Quais relações são estabelecidas entre trabalho e família? Como as relações de trabalho interferem no ambiente familiar? Como o profissional do Serviço Social pode intervir nessa realidade?

Para responder às pretensões de conhecimento e finalidades da pesquisa foi formulado então o objetivo geral: Analisar como os trabalhadores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos compreendem a categoria trabalho e a influência da mesma no ambiente familiar para indicação de possibilidades de intervenções junto a trabalhador e família enquanto melhoria da qualidade de vida.

O objetivo geral do estudo foi apresentado num sentido mais amplo e foi de encontro com os objetivos específicos que de acordo com Minayo (2007) são os formulados pelo desdobramento das ações que são necessárias à realização do objetivo geral. Deste modo os objetivos específicos do estudo foram: investigar qual a percepção dos trabalhadores da empresa acerca da atividade laborativa que desenvolvem para verificar qual o significado do trabalho no cotidiano dos mesmos; verificar qual a relação que se estabelece entre família e trabalho para reflexão acerca das expressões da questão social que emergem dessa relação e identificar as possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social junto às demandas apresentadas pelos trabalhadores e familiares para a minimização dos impactos gerados pelo conflito capital/trabalho.

### **3.2. TIPO DE PESQUISA**

A metodologia no processo de elaboração de um projeto de pesquisa contempla a escolha do espaço da pesquisa, critérios e estratégias para a escolha dos sujeitos da pesquisa, definição dos métodos, técnicas e instrumentos para a construção de dados e os mecanismos para entrada do pesquisador. Pelo fato de a pesquisa ter sido realizada com sujeitos sociais, trabalhando com o universo dos significados, crenças e valores optou-se assim, pela pesquisa de tipo qualitativa.

Martinelli (1999) reflete que a pesquisa qualitativa em Serviço Social auxilia no sentido de nos proporcionar retratos da realidade, dar dimensão à problemática trabalhada, dimensionar a questão social, dar forma à realidade dos sujeitos, assim

possibilitando a formulação de possibilidades de intervenção. Ainda Martinelli (1999, p. 21) clarifica acerca da pesquisa qualitativa:

se queremos produzir práticas sociais que tenham dimensão do coletivo, temos que dialogar com saberes múltiplos, temos que pesquisar e pesquisar com qualidade. O dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos.

Dentro do contexto da presente pesquisa buscou-se enforçar a pesquisa qualitativa descritiva. De acordo com Gil (2007), este tipo de pesquisa tem por objetivo investigar características de determinadas populações ou sujeitos e estabelecer variáveis. A pesquisa em questão busca levantar opiniões, crenças ou atitudes dos sujeitos da pesquisa. Citando Gil (2007, p. 44):

as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.

Ainda explorando a pesquisa qualitativa, a mesma busca desvendar a realidade social dos sujeitos envolvidos nela, ocupando um espaço que não pode ser quantificado. Minayo (2007) explica que o pesquisador ao optar pela abordagem qualitativa em seu trabalho objetiva desvelamento dos significados expostos pelos sujeitos diante de suas experiências da realidade. Busca conhecimento dessa realidade num processo de interação que primeiro se dá entre sujeito e realidade e depois entre sujeito e pesquisador, não sendo algo quantificável e sim recheado de inúmeros processos tanto objetivos quanto subjetivos.

### **3.3. MÉTODO DIALÉTICO E SUAS CATEGORIAS**

O enfoque utilizado nesta pesquisa foi o dialético que é o método adotado pelo Serviço Social, por propiciar o desvendamento das contradições, por meio da interpretação da historicidade dos sujeitos conectados no todo da sociedade que está em constante movimento. Esta análise com inspiração marxista de investigação da realidade propicia a análise e descoberta de grupos e categorias que compõe o todo: Prates (2004, p.124) indica que:

[...] o método dialético crítico contempla, no processo investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade.

A autora busca esclarecer que o método dialético crítico no processo de desvelamento do real perpassa os contextos objetivos e subjetivos, realizando um movimento de reflexão acerca da realidade social, considerando os processos históricos e a totalidade contextual em questão, ponderando as contradições existentes nela e gerando novos conhecimentos, e, portanto agindo na transformação da realidade.

A valoração da influência dos elementos históricos e de totalidade é o que embasa o trabalho científico do Serviço Social nessa investida de desvendamento do real. Conforme Macêdo (1982) a dialética dentro da categoria se afirma, primeiramente, enquanto opção ideológica de sujeitos sociais inseridos numa sociedade de classes é a partir dessa metodologia que se adentra ao estudo científico. Para fundamentar e clarificar o estudo é válido fazer uma retomada acerca das origens do método dialético crítico. Como ressalta Triviños (2007, p. 52)

Em sua origem, nos tempos de Aristóteles e Platão a dialética era tida como a arte da discussão, à base de perguntas e respostas, e como uma técnica capaz de servir para clarificar os conceitos e dividir os objetos em gêneros e espécies. Mas desde os tempos de Heráclito, começava-se a defender uma outra idéia básica de dialética: a da mutabilidade do mundo e da transformação de toda propriedade em seu contrário. A filosofia grega antiga, pode-se dizer, especialmente com Platão e Aristóteles, ressaltou o aspecto “contraditório” do ser que, ao mesmo tempo que se transforma em outro, é único e múltiplo, imutável e passageiro.

No século XVIII Kant (alemão fundador do idealismo clássico alemão) baseado em Descartes veio a contribuir com a Dialética ressaltando os aspectos contraditórios. Logo no conjunto Hegel traz a idéia do movimento, da transformação da realidade como processo constante, surge assim, a dialética hegeliana. Neste conjunto de fatos Triviños (2007, p.53) ainda expõe:

Sobre as bases da dialética hegeliana, mas rejeitando o conteúdo idealista das mesmas, e colocando a concepção materialista do mundo, da história e do pensamento, e apoiando-se nas conclusões da ciência, Marx e Engels elaboraram o materialismo dialético. Neste sentido, o materialismo dialético não só é uma dimensão ontológica, mas também gnosiológica, já que estuda o conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas.

Marx desenvolveu uma concepção materialista de mundo, para compreender a realidade. Triviños (2001) sinaliza que tomando a matéria como princípio e não o espírito Marx por meio do *materialismo dialético* buscou explicações lógicas e racionais para fenômenos da natureza e esta é a base filosófica do marxismo, sendo uma superação do idealismo e da metafísica. O que se pretende a partir do

materialismo dialético é a racionalidade do estudo da sociedade, do proletariado, da realidade objetiva. Ainda citando Triviños (2007, p. 51) destaca-se:

Talvez uma das idéias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da *prática social* como critério de verdade. E ao focar historicamente o conhecimento, em seu processo dialético, colocou em relevo a interconexão do relativo e do absoluto. Desta maneira, as verdades científicas, em geral, significam graus do conhecimento, limitados pela história, mas, como já dissemos em outro lugar, este relativismo não significa reconhecer a incapacidade de o ser humano chegar a possuir a verdade.

É exatamente neste ponto de fundamentação que o materialismo dialético de Marx se funda com o Serviço social, ou seja, o método dialético de Karl Marx deram subsídios para que assistentes sociais embasem sua prática, através da análise também da prática social de classes.

Já o *materialismo histórico* é a ciência filosófica do marxismo. Triviños (2007, p.51) esclarece que o mesmo estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico dá ênfase ao pensamento voltado para a influência que as relações de produção, e sócio-econômicas rebatem na vida em sociedade. Triviños (2007, p. 52) indica que:

O materialismo histórico esclarece conceitos como *ser social* (relações materiais dos homens com a natureza e entre si que existem em forma objetiva, isto é, independentemente da consciência); "*consciência social*" (são as idéias políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas, religiosas, etc.), assim como a psicologia social das classes, etc.

Triviños (2007) ainda indica que relações de produção e forças de produção não coexistem, estão intimamente conectadas, uma não existe sem a outra, sendo relações estabelecidas em forma de vínculos, seja de submissão, cooperação, etc. O materialismo histórico fundamenta cinco tipos de modos de produção para a definição de sociedade num desenrolar da história: comunidade primitiva, escravagista, feudalista, capitalista e comunista. Além de apontar esses tipos de sociedade o materialismo histórico também define conceitos que o a sociedade eles são: formações sócio-econômicas, estrutura social, organização política, vida espiritual, cultura, concepção de homem, etc.

Kosik (1976) explica que os sujeitos agem na realidade objetivamente de forma prática sendo influenciados pela sua história, pela natureza e também pelo relacionamento com os outros homens, ou seja, o indivíduo age dentro de um conjunto de relações sociais. É nessa perspectiva que o método dialético crítico vêm

dando suporte às ciências sociais, num embasamento de sujeitos sociais dotados de história de vida, de relacionamentos, de vivências em sociedade, de uma totalidade que convergem na soma desses fatos sociais e também de contradições.

A realidade é algo que se desvenda, se investiga, onde os sujeitos estão imersos em uma rede de atividades, interesses, objetivos e subjetivos. O Serviço Social irá analisar o sujeito e a sociedade com essa lente, de investigação, reflexão, proposição e transformação da realidade social dos sujeitos, na perspectiva de que as coisas não são prontas nem imediatas. Todas as relações sociais devem ser refletidas, desvendadas e analisadas por meio de um conjunto de significados. Retoma assim Kosik (1976, p. 14) que:

A práxis de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue. Nesta práxis se forma tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, da confiança e da familiaridade que o homem se move “naturalmente” e com que tem de se avir na vida cotidiana.

A dialética compõe leis. De acordo com Triviños (2007) estas leis foram concebidas por Hegel embasadas em sua concepção idealista. Elas se dividem em três: 1) a lei da passagem da quantidade à qualidade e vice-versa; 2) a lei de interpenetração dos contrários e 3) a lei da negação da negação. Como sinaliza Pessoa (2010) apud Macêdo (1982) a primeira diz respeito às mudanças que não ocorrem num mesmo ritmo, a da qualidade ocorre num ritmo mais lento e da quantidade mais acelerado.

Triviños (2007) traz a quantidade como sendo o conjunto de propriedades, estrutura e função dos fenômenos e coisas, ou seja, o aspecto do objeto. E a quantidade dá expressão numérica e dimensão à propriedade de tal fenômeno ou objeto. Tanto a qualidade quanto a quantidade são características dos fenômenos sociais e estão unidos, pois são interdependentes.

A segunda, a lei de interpretação dos contrários ou lei da unidade e luta dos contrários, aponta para a reflexão de que nada se concebe ou se relaciona isoladamente e que os fenômenos, elementos ou objetos contrários estão em constante relação no desenvolvimento da sociedade. Triviños (2001, p. 69) complementa o pensamento:



os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a *contradição*, ou seja a luta dos contrários. Desta maneira, a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos. O fato de que os contrários não podem existir independentemente de estar um sem o outro constitui a unidade dos contrários. Dialeticamente, tanto na unidade como na luta existe movimento.

E por fim a terceira lei, a lei da negação da negação faz menção acerca da relação entre antigo e novo no processo de desenvolvimento dos fenômenos. Triviños (2007) clarifica que este novo não elimina o velho, são características inerentes dos organismos vivos e dos fenômenos sociais. Pessôa (2010) apud Macêdo (1982) tecem que nem afirmação, nem a negação são verdades postas, absolutas, já que são superadas pela negação da negação que gera uma reflexão sob o objeto analisado. Triviños (2007, p. 71) complementa que:

a negação dialética é resultado da luta dos contrários, é objetiva e significa a passagem do inferior para o superior, mas também do superior para o inferior. É interessante ressaltar que nem toda a negação dialética, na passagem de um para o outro, na luta dos contrários, se transforma no contrário.

Nesta perspectiva dialética o presente estudo desenrolou-se, objetivando, desvendar a realidade concreta das relações sociais, da cultura, da alienação e da estrutura social na qual os sujeitos da pesquisa estão inseridos, bem como nos movimentos de construção e reconstrução da dinâmica do cotidiano social. Neste ponto de vista Pessôa (2010) apud Cury (2002, p. 26) contextualizam que “somente conhecer os fatos e interpretá-los não pressupõe realizar um movimento dialético. É fundamental indicar possibilidades interventivas de transformação”.

Minayo (2007) sinaliza que a dialética trabalha no sentido de análise de contextos históricos, determinações sócio-econômicas dos fenômenos, relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das relações sociais. Assim sendo, a dialética não trabalha com a compreensão da realidade em fatores fragmentos, isolados, e sim extraídos do todo, das concepções, cultura, política, etc.

A dialética vai ao encontro da pesquisa qualitativa já que o objetivo comum é o desvendamento da realidade como um todo. Dessa maneira Minayo (2007, p. 24) friza que a “dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos”. Assim, Triviños (2007, p. 120) explica:

o aparecimento da pesquisa qualitativa na Antropologia surgiu de maneira mais ou menos natural. Os pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo.

Nesta perspectiva de conhecimento da realidade dos sujeitos sociais, o pesquisador deve desenvolver seu estudo, observando o movimento do real, que se constrói e desconstrói cotidianamente. A que se ter clareza que os movimentos da história não são estáticos. Dentro dessa reflexão torna-se importante a clarificação das categorias do método dialético crítico utilizadas nesta pesquisa sendo elas: historicidade, totalidade e contradição.

A historicidade refere-se a acontecimentos que se incidem na vida dos sujeitos, no decorrer do tempo, envolvendo dessa forma elementos econômicos, políticos, sociais e culturais, indica existência de relações. Minayo (2007) auxilia na elucidação da importância da historicidade para as Ciências Sociais, a autora traz que “as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas”. Desta forma o passado, presente e futuro não são analisados como blocos em separado e sim como complementares para a construção da história de vida de sujeitos, para a história de um determinado local, comunidade. Minayo (2007, p. 13) reitera que “a provisoriade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social”.

A totalidade faz menção à compreensão dos elementos que compõem uma dada realidade, não é um todo pronto e sim vários elementos que se interconectam. Pessoa (2010) apud Kosik (1976, p. 230) assegura que “a posição da totalidade compreende a realidade em suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas”. Não há como compreender essa categoria isolada da historicidade. A terceira categoria do método dialético é a contradição que remete às forças contrárias dos fenômenos que estão em movimento na sociedade e na vida dos sujeitos sociais.

Concordando com Macêdo (1982) de que o modo de produção é o que faz com que os homens se relacionem, dentro desse emaranhado de relações existirão divergências, é através da análise e solução dessas divergências que se criam novos paradigmas, novos conhecimentos. Com a adoção desse alicerce teórico e ideológico que os Assistentes Sociais fundamentam sua atuação teórica, metodologia e operativa.

Esses opostos nunca estão lado a lado mas sim em constante luta entre si. Num movimento de retroalimentação e de exclusão para que dessa relação de conflito e integração aconteça um novo conhecimento, uma nova realidade. Se não existisse a contradição no movimento da sociedade nada se transformaria, nada seria repensado. No próximo item a pesquisadora explanará os elementos que constituíram o processo de coleta de dados, instrumental, proposta de trabalho, etc.

### **3.4. COLETA DE DADOS**

A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2011 por meio de entrevista. Mas torna-se fundamental determinar o que é um dado. Triviños (2007) esclarece que o dado será o que o pesquisador procurará investigar. São as informações que o pesquisador reúne para desvelar a realidade na qual investiga. Foram realizadas entrevistas – para aplicação dos formulários. Os sujeitos da pesquisa compõem o quadro de trabalhadores da empresa, onde as atividades funcionais destes variam de gerente geral a eletricista. A amostragem foi aleatória, ou seja, por adesão dentre os sujeitos que se colocaram a disposição durante o café coletivo realizado toda segunda-feira na empresa.

Após explicação estudo, foi solicitado participação de três colaboradores do escritório e três da produção para realização das entrevistas em dia previamente agendado. Cada colaborador entrevistado indicou um membro de sua família para participar da pesquisa. Aderiram à pesquisa 14 sujeitos, sendo que 13 foram entrevistados devido à entraves referentes à comunicação com um familiar de um trabalhador.

Durante as entrevistas – após esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) – houve aplicação de formulário (Anexo B) com perguntas abertas direcionadas para um determinado conhecimento da realidade que se buscava. Os entrevistados deram respostas às perguntas formuladas pelo pesquisador, onde aconteceu a tomada de nota pelo mesmo. Minayo (2007) conceitua esse tipo de entrevista como sondagem de opinião. O instrumento é denominado formulário de entrevista porque o próprio pesquisador aplica o instrumento nos pesquisados.

Minayo (2007), alerta para alguns procedimentos necessários no momento de aplicação do instrumento. Todos os pontos devem ser clarificados ao entrevistado e suas famílias: a devida apresentação do entrevistador, relatar a qual instituição o

mesmo faz parte, mencionar qual o interesse da pesquisa, resumir seu projeto, explicando a importância e finalidade do mesmo, apresentar a credencial da instituição, explicitar os motivos da pesquisa de forma clara e simples, justificar porque o sujeito foi selecionado para tal pesquisa, expor a garantia do sigilo e anonimato sobre os dados coletados, onde nomes não precisam ser mencionados, e só assim lançar-se para a introdução do instrumento a ser aplicado.

As entrevistas auxiliaram no conhecimento da realidade social que, por sua vez, se traduz por meio de movimentos complexos, os quais nem sempre se é possível identificar, pois, para tal, se faz necessário conhecer a vida objetiva dos sujeitos. Várias interligações podem ser estabelecidas pelo sujeito e a sua realidade, porém, nem sempre podem ser identificadas por verbalizações, necessitando dedicar atenção ao que não é visível, ao que não é dito ao que não está aparente, ou seja, que se encontra latente na vida do sujeito, assim, “compreender o fenômeno é atingir a essência” (KOSIK, 1989, p.12).

As entrevistas com os familiares foram previamente agendadas para verificar a percepção das famílias dos trabalhadores. Foi solicitado qual dia seria o dia apropriado para coleta dos dados. Ficou a critério de cada um participar ou não da pesquisa ou desistir a qualquer momento conforme indicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No que tange a identificação das falas foi utilizado às letras do alfabeto brasileiro. O retorno dos dados será dado em reunião previamente agendada com o grupo gestor e posteriormente também em um encontro oportuno no momento do café coletivo realizado pela empresa onde a família será convidada. Destaca-se que a presente pesquisa tem parecer favorável do comitê de ética em pesquisa da Unipampa sob o número 029 2011.

### **3.5. ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados ocorreu por análise de conteúdo. Minayo (1998) interpreta que a análise de conteúdo visa ultrapassar o senso comum e o subjetivismo, assim como alcançar uma vigilância crítica quanto a documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação. Pessoa (2010) apud Minayo (1994, p. 209) teorizam que “a análise de conteúdo possibilita ao pesquisador desvendar questões pessoais extraídas da fala dos sujeitos para entendimento e teorização dos resultados obtidos”. Dentre os autores, optou-se por Gagneten (1987) com o Método de Sistematização de Prática (MSP). Este método se divide em sete

etapas: reconstrução, análise, interpretação, conceitualização, generalização, conclusão e elaboração de propostas. A *reconstrução* é o momento em que o pesquisador remonta, reanalisa, reconstrói a fala dos sujeitos entrevistados, contemplando assim, os objetivos da pesquisa. A *análise* é o entendimento do todo. Pessôa (2010, p. 55,56) explica:

Na *análise*, após leitura dos fragmentos, o pesquisador deverá estar atento às contradições e tensões que as falas expressam, de forma direta ou indireta. As falas são ordenadas segundo sua reiteração (o que mais se repete na entrevista), ressonância (o que mais chama a atenção do pesquisador) e estratégia (falas que apresentam indícios de futuras intervenções ou melhoria da condição estabelecida no cotidiano do entrevistado). Ao término dessa etapa, há necessidade de realização de um processo minucioso, que consiste em decodificar, encodificar e codificar, ou seja, no primeiro momento as falas são extraídas ou grifadas segundo critérios anteriormente determinados; no segundo, são ordenadas, conforme o enfoque que expressam ou interação entre si; e, por fim, são codificadas segundo a relevância do tema abordado.

A *interpretação* é a fase em que o pesquisador apóia-se no referencial teórico de sua produção, dando sentido às falas dos sujeitos. É basicamente a ligação dos dados coletados com o referencial teórico que norteia o estudo. A *conceitualização* é a reconstrução teórica dos dados. Pessôa (2010, p. 57) afirma que “a *conceitualização* agirá como fator de unificação entre as falas dos sujeitos com os termos teóricos que norteiam a pesquisa, e esses deverão interagir com as categorias escolhidas. A *generalização* extrai o universal e o particular das falas escolhidas e depois se confrontam. Levando sempre em consideração o movimento dialético da realidade cotidiana desses sujeitos. As duas últimas fases do método são conclusões e elaboração de propostas, estas interagem diretamente com os objetivos da pesquisa. Pessôa (2010, p. 58) revela:

Essas etapas são essenciais, pois possibilitam ao entrevistador dar materialidade a sua pesquisa, podendo considerar a experiência, os entraves e as conquistas do processo, avaliando se os objetivos foram alcançados. É nessa etapa que o pesquisador entende claramente quão importante são as falas dos sujeitos e como elas podem expressar uma gama de considerações vitais ao entendimento teórico, considerando que o entrevistador não deve endeusar as técnicas, mas usar de criatividade.

O uso da criatividade é essencial para um projeto de pesquisa, já que o pesquisador não deve ater-se ao dado e sim ir além, explorando a fala dos sujeitos, suas opiniões, instigando-os a desvelar o máximo possível da realidade que se estuda, sempre respeitando os limites de cada sujeito.

O próximo item desse trabalho abordará os resultados obtidos através da pesquisa, contextualizando a centralidade da categoria trabalho na vida dos sujeitos, os impactos gerados pela relação capital/trabalho e suas influências no meio familiar bem como as possibilidades de intervenções do Serviço Social diante das expressões da questão social geradas pela relação capital/trabalho.

#### 4. TRABALHO E RELAÇÕES FAMILIARES: O RESULTADO DO ESTUDO

Diante da pesquisa realizada na Empresa Sirtec Sistemas Elétricos buscou-se desvendar por meio de entrevistas aplicadas nos trabalhadores e seus familiares qual o entendimento destes acerca do trabalho laborativo que desenvolvem na instituição e a influência do mesmo nas relações cotidianas familiares.

Este projeto tornou-se relevante também para a comunidade acadêmica no intuito de investigar e desvendar as possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social no âmbito empresarial. Destaca-se que esse espaço ocupacional é incipiente no município de São Borja, carece de maiores estudos e divulgação de possibilidades. Este campo de intervenção apresenta assim como os outros campos de atuação do Serviço Social, expressões da questão social advindas da categoria trabalho e seus impactos nas relações trabalhistas, sociais e familiares, nesse sentido tornam-se essenciais, produções que possibilitem repensar os espaços de trabalho enquanto garantia de renda (sobrevivência) e qualidade de vida.

Por meio de aplicação de formulário de entrevista, alguns dados acerca dos trabalhadores e suas famílias foram levantados como idade, profissão, renda e escolaridade. A média de tempo de trabalho na empresa dos sujeitos foi de 4 anos, nesse sentido são sujeitos que estão cientes dos processos de trabalho desenvolvidos na empresa assim como as relações relacionais estabelecidas na empresa. O grau de parentesco dos familiares entrevistados foi de 3 mães e 3 esposas, sendo que 1 das mães não foi possível a realização da entrevista, mesmo sendo realizados vários contatos.

Dentre a amostra dos 13 sujeitos entrevistados – 7 trabalhadores e 6 familiares - a média de idade dos trabalhadores foi de 28,8 anos de idade e dos familiares de 44,8 anos de idade. No que tange ao quadro funcional dos sujeitos da pesquisa, dos 7 trabalhadores, 4 são eletricitas, 1 recepcionista, 1 auxiliar financeiro e 1 auxiliar de Recursos Humanos. Dos 6 entrevistados pertencentes à família dos trabalhadores 4 são do lar, 1 estudante e 1 manicure.

Quanto ao dado da escolaridade, dentre os 7 trabalhadores, 1 possui ensino superior completo, 4 ensino médio completo, 1 ensino fundamental completo e 1 ensino fundamental incompleto. Observou-se que entre a amostra de trabalhadores – mesclando setores de apoio e produção – apenas um sujeito possui ensino superior completo – ficando assim latente a demanda de projetos que envolvam os

trabalhadores no sentido de incentivo a retornarem aos estudos. Já o resultado referente à escolaridade dos 6 familiares dos trabalhadores foi o seguinte: 2 com ensino médio completo e 4 com ensino fundamental completo. Todos os trabalhadores entrevistados demonstraram interesse em retornar aos estudos, com o intuito de crescimento dentro da empresa ou até mesmo adquirirem postos de trabalho melhores.

O processo de capacitação profissional do trabalhador é um desafio tanto para empresários quanto para o governo na criação de políticas destinadas a assegurar a participação e exercício da cidadania dos sujeitos sociais, por meio de programas de educação e qualificação profissional. Com a flexibilização do trabalho, a modernização e o avanço tecnológico o mercado de trabalho exige maior acúmulo de conhecimentos. Alves e Vieira (1995, p. 9) refletem essa temática na perspectiva de que:

Da mão-de-obra será exigido maior capacidade de auto-aprendizagem, compreensão dos processos, capacidade de observar, de interpretar, de tomar decisões e de avaliar resultados. É necessário, ainda, o domínio da linguagem técnica, a capacidade de comunicação oral e escrita, a disposição e habilidade para trabalhar em grupo, a polivalência cognitiva e a versatilidade funcional no trabalho.

Dessa maneira é imprescindível que os trabalhadores de um modo geral tenham acesso a essa qualificação, para que não sofram com os rebatimentos da flexibilização do mercado, como ainda não se sintam presos às suas atividades laborativas, limitando-se a determinada tarefa, o que gera o descontentamento, não reconhecer-se no que desenvolvem. Enfim, para que esses sujeitos não fiquem vulneráveis pela sua falta de qualificação.

Mas a realidade difere do ideal, segundo Alves e Vieira (1995) de acordo com a Pesquisa Nacional por amostra – 1990 (PNAD), 53% da força de trabalho, aproximadamente 33 milhões de trabalhadores, tinha até cinco anos de estudo. Esse dado vem de encontro com a maioria dos sujeitos participantes dessa pesquisa. Esse dado concreto foi obtido na década de 90, de lá para cá muitas transformações ocorreram. A questão social se agrava cada vez mais e as vulnerabilidades dos trabalhadores e suas famílias tendem a aumentar concomitantemente com a modernização. Esses sujeitos que não adquiriram nenhum tipo de especialização profissional ficam a margem de um sistema excludente, com possibilidades precárias de participação no sistema educacional. lamamoto (2010, p. 125) brilhantemente discorre:



O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche.

Nesse sentido que a cena contemporânea segundo a autora caminha para uma barbárie social, onde o sujeito social não tem valor, só tem valor enquanto mercadoria, equivalente ao que produz, assim, a questão social vai agravando-se e os sujeitos cada vez mais sendo banalizados e explorados por uma minoria de gestores do capital que visam especificamente o lucro.

Quanto aos dados da realidade dos sujeitos pesquisados, a média de renda dos trabalhadores ficou em R\$ 1.156,00 e dos familiares apenas um possui renda de R\$ 500,00. Vale salientar que a diferença de renda dos trabalhadores do setor de apoio e produção é mínima pelo fator hora extra, já que os sujeitos que trabalham na produção realizam turnos extensos para complementarem a renda com as horas extras criando valores de troca gerando assim a mais-valia, o excedente, o lucro do capital. Fica latente nessa realidade o caráter abstrato do trabalho, onde os trabalhadores trabalham para suprir suas necessidades.

Conforme Antunes (2007), para classe-que-vive-do-trabalho os valores de uso (produto do trabalho concreto) não lhes são relevantes, já que não os possuem. O que os interessa sim é o salário a receber, mesmo tendo trabalhado turnos extensos. E o que é essa classe-que-vive-do-trabalho?. Antunes (2002) esclarece que compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção.

O autor ainda afirma que não fazem parte da classe trabalhadora: os gestores do capital, da classe dominante – já que os mesmos são a “personificação do capital” e exercem papel central de controle - pequenos empresários urbanos e rurais – são proprietários dos meios de produção e não vendem seu trabalho diretamente em troca de salário. Relaciona-se também aqui o fator que apenas 1 (sujeito J) possui uma fonte de renda, sendo esse sujeito do sexo feminino, essa advinda do setor informal. Entrando em cena a questão relacionada ao gênero percebe-se que entre os entrevistados se mantém a configuração tradicional de

família se mantém, aquela onde o homem provém às despesas do lar e a mulher cuida dos afazeres domésticos – salvo exceção já mencionada.

Ao verificar que durante a pesquisa muitos fatores da realidade dos sujeitos vão se desvelando, Carvalho (1998) da mesma maneira reflete que por detrás de um problema se escondem muitos fatores que somente por meio de investigação do concreto podem ser detectados. E esse é o sentido do ato de pesquisar, investigar, desvelar o que não está explícito, e diante disso, refletir, usando das referências disponíveis para elaboração de estratégias de enfrentamento das situações que fragilizam os sujeitos.

Esses foram os dados referentes à identificação dos sujeitos da entrevista, sendo que no próximo item serão explanados os dados referentes à categoria trabalho, o conceito ou concepções que os trabalhadores e suas famílias expuseram acerca da categoria trabalho em seu cotidiano.

#### **4.1. A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO NA VIDA DOS SUJEITOS**

Considerando que a categoria trabalho é central na vida dos sujeitos visto que a maioria das pessoas almeja ter ou buscar melhores postos de trabalho enquanto garantia de melhor qualidade de vida, o presente estudo tornou-se relevante a medida que buscou compreender qual a concepção que os trabalhadores e suas famílias têm acerca da categoria trabalho e como estes sentem-se diante de suas atividades laborativas, refletindo sobre as implicações destas no cotidiano familiar enquanto processo de fragilização ou não das relações.

Segundo lamamoto (2010) o homem é um ser histórico que trabalha para satisfazer suas necessidades. O trabalho é uma atividade racional orientada para um fim. O trabalho constitui relação entre homem e natureza modificada pelo homem através do trabalho. É nesse processo de transformar a natureza, onde se instala o trabalho concreto, que produz valores de uso implicando diretamente na condição da vida humana. lamamoto (2010) citando Marx expõe que existem duas dimensões essenciais do processo de trabalho humano: a dimensão teleologia e o uso e a criação de instrumentos e de novas necessidades.

A dimensão teleológica diz respeito à capacidade do homem de projetar seu trabalho, planejar o trabalho a ser alcançado. Já o uso e criação dos meios de trabalho distinguem épocas econômicas e se colocam entre homem e objeto. lamamoto (2010, p. 350) clarifica que “nos meios de trabalho encontram-se

objetivadas formas de atividades e necessidades humanas”. Ainda ressalta-se lamamoto apud Lukács (2010, p.351):

A consciência, a que se atribui um papel ativo no ato do trabalho, delimita o serna natureza orgânica e o ser social, tornando o homem um “ser que dá respostas” aos seus carecimentos. Mas o homem também transforma os carecimentos e as possibilidades de satisfazê-los em perguntas, cujas respostas práticos sociais enriquecem sua própria atividade. Perguntas e respostas são produtos da consciência, que guiam sua atividade.

É nesse foco de pensamento que constata-se que o sujeito ao projetar seu trabalho, criando meios de concretizá-lo e tendo a consciência do que realiza, está inevitavelmente gerando conhecimentos, criando assim, a sua história enquanto sujeito que se desenvolve em sociedade. Ressalta-se que o processo de acumulação capitalista envolve também relações sociais – que podem adentrar no cotidiano familiar – e concepções de homem e de mundo.

De acordo com lamamoto (2010, p. 379) o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de dinheiro para garantir sua subsistência e de sua família, neste sentido não descola as atividades vinculadas ao trabalho e vida privada. Afirma-se conforme que a relação entre capital e trabalho pode ser analisada como:

condição histórica torna o indivíduo que trabalha condenado, pela divisão social do trabalho, à pobreza virtual porque destituído de qualquer propriedade que não sua força de trabalho, que em si é mera potência ou capacidade e só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos proprietários do capital.

O trabalhador que somente tem sua força de trabalho enquanto “mercadoria” inevitavelmente tende a levar suas angústias para âmbito familiar. Nesse contexto, vale salientar elementos pertinentes à instância família. Segundo Simões (2009), nas sociedades pré-capitalistas de economias agrárias, as famílias se organizavam com a distribuição das tarefas relacionadas ao trabalho. Com a revolução burguesa e as migrações das populações e a emergência da classe operária as famílias se restringiram ao convívio da vida doméstica. Hoje essa configuração pode ocorrer por meio de relações harmônicas, conflituosas ou contraditórias, muitas vezes advindas do consumismo.

Foi dentro desse contexto, das novas configurações de família e trabalho que uma amostra de 7 sujeitos da pesquisa responderam à questão “O que significa trabalho para você?”. As respostas mais frequentes dos trabalhadores entrevistados foram: comprometimento (com a empresa e com o próprio desempenho no trabalho), obrigação (para suprir necessidades), autonomia (financeira) e

principalmente fonte de renda, dinheiro que provêm o lar, a família. A grande parcela das opiniões vai de encontro ao acesso de bens e serviços ou ainda de cumprir da forma mais eficiente possível sua função dentro da instituição.

O conceito de trabalho difere de um setor para o outro, já que são trabalhadores que vivenciam cotidianos laborais distintos (ambiente físico, instrumentais de trabalho, interação interpessoal). Os trabalhadores das equipes de produção realizam suas atividades em meio externo, consertado redes elétricas e ainda realizam quase que em sua totalidade turnos extras de trabalho. Já os trabalhadores do setor do apoio trabalham em ambiente de escritório e em sua grande maioria não realizam turnos extras. Faleiros (2006, p. 128) conjectura:

A produção capitalista absorve não só os músculos, mas a mente do trabalhador. Na mediação do contrato de trabalho, as horas de atividade laboral não pertencem ao trabalhador e sim ao capital que determina e dirige onde deve estar e o que fazer, em que ritmo e sem saber o resultado. A força de trabalho parece não ter opinião, não ser sujeito. No entanto, ela se faz na relação social, na constituição de seu predicado enquanto sujeito histórico que é então assujeitado.

Nessa citação o autor explana brilhantemente a posição do trabalhador diante do capital, sua exploração, seu desejo que por meio das inúmeras horas extras que realiza possa – ele sua família - dispor cada vez mais de bens e serviços. Mas não se dá conta que o produto, o lucro, a mais valia gerada por suas horas a fio trabalhadas renderão acúmulo de bens somente para o capitalista, para seu patrão.

E o patrão imerso na lógica do capital, até por vezes tenta olhar para esse trabalhador enquanto sujeito, mas no modo de produção não existem sujeitos históricos dotados de valores, crenças, sentimentos e sim apenas uma força de trabalho que têm de gastar até seu último fio de energia em troca de um salário que provavelmente não durará até o final do mês.

Para os 6 sujeitos da amostra, pertencentes às famílias, as respostas mais latentes - em relação ao questionamento lançado “O que você entende por trabalho? - foram que trabalho é estabilidade financeira, rendimentos, ter emprego, comprar e que as atividades do lar também são uma forma de trabalho, “o trabalho é uma coisa importante para o ser humano. “É bom para a integração social e também para ter estabilidade financeira” (Sujeito H). Nessa fala vale lembrar lamamoto (2010) quando reflete acerca do trabalho abstrato, como sendo todo o trabalho humano realizado, que produz relação de produção entre as pessoas e gera valor. Segue lamamoto apud Rubin (2010, p. 61):

O valor, a propriedade social dos produtos do trabalho, é a expressão material do trabalho social na forma específica assumida pelo trabalho na economia mercantil: “é trabalho coagulado”, “cristalização dessa substância social do trabalho”, trabalho materializado e simultaneamente uma expressão das relações de produção entre pessoas.

A indicação vai ao sentido de desvelar a fala do sujeito da pesquisa, relacionando a fundamentação trazida pela autora, onde o trabalho se torna um valor, valor socialmente compartilhado na relação de produção entre os homens. Para o modo de produção vigente, Antunes (2007) deixa bem claro, que as relações existentes nele – no modo de produção capitalista - sejam propriamente de produção ou sociais são meramente meios para produzir.

Dessa maneira, Iamamoto apud Marx (2010) fundamenta o trabalho como uma atividade humana prática que produz um salário, um valor econômico, um meio de ganhar dinheiro, são esses aspectos da produção capitalista que podem gerar a alienação da sociedade. Alienação no sentido de que o trabalhador relaciona-se com o produto de seu trabalho como algo alheio a ele. Sente o trabalho muitas vezes como algo que não lhe pertence.

A importância do trabalho se dá na perspectiva de o mesmo ser um meio de vida, uma forma de ganhar dinheiro para poder consumir, dar sustento à sua família, comprar bens materiais e não como uma realização pessoal. Pontua-se que segundo Quitaneiro; Barbosa; Oliveira (2009, p.51):

O que o trabalhador produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o ouro que extrai da mina, nem o palácio que constrói. O que produz para si mesmo é o salário, e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a um casaco de algodão, umas moedas de cobre e um quarto num porão.

Os autores no geral clarificam que o trabalhador só existe por meio da relação que se estabelece com o capital. Enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção as necessidades humanas irão girar em torno do dinheiro e a alienação irá persistir, uma vez que os trabalhadores para garantir sobrevivência aderem aos sistemas de produções ofertados. As opiniões acerca de sobre o que é trabalho diferem na medida em que as funções se diferenciam já que os colaboradores do apoio ou setor administrativo têm um tempo delimitado de trabalho, em ambiente confortável e seguro, já os colaboradores das equipes de produção na sua maioria vêem o trabalho enquanto sustento e renda ou como obrigação por possuírem

jornadas longas de trabalho, por possuírem família e pela realidade local de empregos escassos. Iamamoto (2010, p. 378, 379) reforça:

O trabalhador livre, proprietário de si mesmo e, portanto, de sua força de trabalho, vê-se constrangido, para sobreviver, a vender por um determinado período de tempo, aos proprietários dos meios e condições de trabalho, a sua própria energia vital, sua capacidade de trabalho, inscrita em sua corporalidade física e mental. A venda dessa mercadoria é a contrapartida necessária para a obtenção em equivalente em dinheiro à sua subsistência e educação, além da reprodução da família, fonte de oferta permanente de força de trabalho necessária à continuidade do movimento de reprodução capitalista.

E é nesse sentido que os homens caminham, de ter apenas a sua força de trabalho disponível, para poder manter-se vivo e suprir as necessidades familiares de alimentação, saúde, lazer, educação, etc.

Quando lançada na entrevista a pergunta “Como compreende o trabalho que realiza diariamente?”. Os trabalhadores mais uma vez dividiram-se em setores, os do setor administrativo em sua maioria vêm suas atividades laborativas de forma satisfatória e gratificante - salvo um sujeito (B), que demonstrou alto índice de descontentamento, pelo motivo de executar as mesmas funções durante anos na empresa e não ter tido nenhum tipo de “reconhecimento ou promoção - mesmo fazendo parte do setor de apoio.

Os trabalhadores do setor da produção posicionaram-se de forma descontente, expressando estarem estressados devido ao desgaste físico e mental, bem como alto nível de pressão e cobrança para o desempenho de suas atividades. Seguem duas falas de opiniões contrárias: “Para mim é um trabalho inútil, porque não há aprendizado. É um trabalho mecânico” (Sujeito B). “Estou contribuindo para a missão da empresa. Contribuindo para o bem-estar, sou parte do processo, me reconheço no trabalho que desenvolvo, mas ainda não é suficiente, posso fazer bem mais. O único problema é a integração entre os colaboradores” (Sujeito F).

Assim, Antunes (2006) coopera com a temática dissertando que se por um lado o trabalho é a atividade que constitui o ser social por outro é um mecanismo que causa estranhamento, converte-se unicamente em mercadorias. Esse estranhamento acontece porque ao ver o produto final do seu trabalho, o sujeito o vê como algo alheio, estranho a ele, o que ele produziu no seu processo de trabalho se transformou em bens para o outro não para si enquanto consumidor. O trabalho então torna-se algo forçado. Antunes apud Marx (2006, p. 127) reforça essa reflexão:

No estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho. O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se desagrada; não se reconhece, mas se nega. Daí que o trabalhador só se sinta junto de si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele.

Entende-se então, a partir da fala dos sujeitos – que expressam insatisfação, cansaço, descontentamento – que eles não se reconhecem no que fazem, o trabalho tornou-se um suplício, estranho a eles, porque o produto do seu trabalho lhes é estranho. Pelo que foi observado, existe uma lacuna no que diz respeito à comunicação e integração dos trabalhadores. Há uma necessidade de maior organização para que aconteça maior integração de trabalhadores e equipe gestora. “Por mais perfeito que tu execute o trabalho eles sempre irão encontrar um erro, isso me desmotiva” (Sujeito A). “Me reconheço no trabalho que realizo, mas não é suficiente, posso fazer bem mais. Pretendo continuar aqui na empresa, mas o que gosto mesmo é de dar aula, gostaria de exercer” (Sujeito F).

As falas anteriores são de trabalhadores da empresa, o primeiro relato (Sujeito A) é de um trabalhador do setor de produção e o segundo do setor de apoio (escritório). Verifica-se nesse contexto o esforço desses trabalhadores em terem reconhecimento, vontade de realização pessoal, e não mais sentirem-se alheios ao que fazem. No caso do sujeito A, o que tornou-se latente foi a questão do trabalho mecanizado, operário que nunca pode falhar, gerando dessa maneira frustração. Chega-se a conclusão então que o modo de produção capitalista não está, na maioria das vezes, interessado na subjetividade dos sujeitos – salvo empresas ou gestores que adotam uma postura diferenciada – e sim na produção, na qualidade dessa produção, bem como na mais-valia gerada pelo processo.

Uma instituição que pensa na qualidade de vida de seu trabalhador deve estar sempre atenta para o desenvolvimento de projetos que visem o bem-estar de seus “colaboradores”. Rocha e Fritsch (2002) legitimam essa idéia de que os objetivos do trabalhador e da instituição devem andar paralelos, em convergência, considerando os seres humanos enquanto sujeitos, esta é a humanização nas organizações.

Outro ponto relevante para a discussão é o desejo dos sujeitos em geral em desenvolvimento, potencializar suas habilidades, realizando-se em suas atividades laborativas. Não apenas trocar sua força de trabalho pelo salário, mas ainda realizar-se enquanto ser humano no que produz, fazer parte. Antunes (2006) afirma que é na cotidianidade dos sujeitos que afloram questões, problemas que devem ser respondidos, e que necessitam de uma mediação. E essa mediação pode ser realizada por meio de profissionais habilitados, sindicatos, partidos ou conselhos. E nesse caso particular – dos sujeitos da pesquisa – não existe nenhum deles – assistente social, sindicato, associação, conselho, etc – ou seja, nenhum tipo de mediação que possa vir a suprir as demandas, as questões que emergem do cotidiano da classe-que-vive-do-trabalho, numa perspectiva de emancipação, de politização e empoderamento desses sujeitos.

A mediação conforme Pontes (2007) adéqua-se nesse processo, num sentido dialético de movimento do real, da totalidade. Mediação sendo efetivada por meio da articulação entre as partes. No contexto pesquisado seria: Assistente Social mediando relações entre trabalhadores e gestores, ou ainda mediando os conflitos inerentes da relação entre capital e trabalho. Netto (2007, p. 83) sinaliza que é na categoria totalidade (estrutura da realidade) que se estabelecem as contradições e onde a categoria mediação é fundamental, então o autor reflete que “a mediação, por seu turno só existe nos e entre os complexos constitutivos da totalidade”.

Quando questionados “Como sente-se em relação ao seu trabalho?” os trabalhadores mais uma vez dividiram-se nas respostas, 3 responderam que se sentem desmotivados, estressados ou insatisfeitos e 4 responderam que se sentem felizes em irem trabalhar, tranquilos por terem um emprego fixo ou que sempre quis desempenhar a função que tem atualmente, que se reconhece no que faz. Sendo assim, as respostas variaram do contentamento ao descontentamento. Foram detectadas algumas demandas como disponibilidade de tempo por parte dos gestores para que os trabalhadores possam realizar cursos e concluir os estudos, bem como vontade de ascensão de cargo. Foi demonstrada também insatisfação quanto ao banco de horas. Seguem algumas falas referentes à pergunta em pauta: “Tá bom porque estou trabalhando, mas gostaria de estudar, quem não tem estudo não sobe na vida” (Sujeito D). “Gosto do que faço não me sinto estressado. O trabalho é um dever que tenho que cumprir, independente da empresa” (Sujeito E).



O trabalho é algo que está tão enraizado historicamente nos homens – por meio do desenvolvimento social e da divisão do trabalho – que, ao falar em trabalho alguns sujeitos o trazem com algo já posto que deve-se cumprir. Iamamoto (2010) contribui afirmando que o trabalho além de objetivar valores, também é permeado pela dimensão ético-moral, o dever ser, objetivos previamente planejados, ideados que adquirirão uma função social. Essa dimensão social adquirida pelo trabalho faz com que a atividade de produção não seja meramente prático-material, mas também social e histórico.

Apesar de opiniões que expressam descontentamentos quanto ao salário, estresse, carga horária excessiva, a maioria dos sujeitos relata que se sentem felizes, satisfeitos reconhecendo-se no que fazem. Para a pluralidade, então o que percebe-se é um “alívio de todos por terem a sorte de possuírem emprego e poder prover o sustento da família”. Esse movimento de alienação do ser social não é exclusivo da contemporaneidade, é um processo histórico, vinculado à expansão do capital. Iamamoto (2010) explica que as relações de produção resumem-se em mercadorias, os sujeitos não se vêem, não têm identidade própria em seus processos de trabalho, caem na alienação, na exploração cada vez mais ferrenha do mundo globalizado, e conseqüentemente acabam por fazer parte da cada vez maior parcela de sujeitos mergulhados na questão social que emerge e se reproduz na sociedade capitalista. Assim Iamamoto (2010, p. 48, 49) reitera:

esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radicalização do séquito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstanciadas na questão social, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital.

Analisando então as respostas obtidas por meio da aplicação do formulário de entrevista nos trabalhadores, verificou-se que os mesmos expressaram opiniões diferentes ao questionamento trabalho, alguns se mostraram totalmente insatisfeitos, estressados e desmotivados quanto ao seu trabalho. Já a outra metade disse estar satisfeito, feliz e otimista nas tarefas que realiza diariamente. Mas esses sujeitos que se disseram satisfeitos, ainda assim, almejam melhores cargos, maior interação com equipe gestora e colegas, o que fica latente que a categoria trabalho sempre trará consigo elementos contraditórios ou de alienação do homem que o realiza.

Cabe analisar nesse contexto, que as realidades dos sujeitos, ao mesmo tempo em que estão postas – cotidianos e funções laborais pré-estabelecidas – também se transformam diariamente, já que a sociedade está em constante transformação. O movimento dialético desse contexto é latente, já que são sujeitos inseridos numa totalidade, dotados de uma história e que vivenciam incoerências diariamente. Certamente todas essas transformações vivenciadas pelos trabalhadores produzem impactos nas relações de trabalho e por conseguinte no ambiente familiar uma vez que o trabalhador tende a levar para o ambiente privado suas angústias e necessidades.

No próximo tópico serão levantados elementos referentes a categoria trabalho relacionada à família, já que o objetivo do estudo é analisar como os colaboradores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos compreendem a categoria trabalho e a influência da mesma no ambiente familiar para indicação de possibilidades de intervenções junto a trabalhador e família enquanto melhoria da qualidade de vida.

#### **4.2. TRABALHO E FAMÍLIA: IMPACTOS GERADOS PELA RELAÇÃO CAPITAL x TRABALHO NO MEIO FAMILIAR**

O trabalho é historicamente um fenômeno social, um processo que se encaixa na produção e reprodução do capital. É uma atividade fundamental na vida dos sujeitos. Conforme Antunes (2006) o trabalho é o ponto de partida para a humanização do ser social. Sendo assim, as duas categorias, trabalho e família – discutidas nesse trabalho – são essenciais para o desenvolvimento da vida humana e têm centralidade na vida dos sujeitos.

Conforme Simões (2009), contemporaneamente a família engloba relações de desenvolvimento de identidade social, pertencimento e transmissões de valores que se transformaram na historicidade e condutas pessoais. No âmbito familiar se estabelecem as mais diversas culturas, vínculos comunitários, sustentabilidade, protagonismo social, entre outros elementos fundantes da identidade humana. Refere-se que Simões (2009,p.189):

entende-se por família *natural*, de *origem, biológica* ou *consangüínea*, a comunidade formada pelos pais ou apenas um deles com seus ascendentes, descendentes e colaterais, regra geral até ao 3º grau e por família *substituta*, aquela em que é colocada a criança ou o adolescente por meio da guarda, tutela ou adoção.

É válido salientar que no cotidiano de trabalho do Assistente Social deve-se desvelar a realidade que se apresenta, suas particularidades, bem como a manifestação da questão social observadas, lançando mão de alternativas que garantam os direitos dos potenciais sujeitos expostos a vulnerabilidades sociais. Gueiros (2002, p. 103) explana que “é importante termos clareza das questões mais relevantes vivenciadas pelas famílias com as quais trabalhamos”. Dentro do estudo realizado com os trabalhadores e suas famílias, todos os sujeitos da amostra – trabalhadores e família - foram indagados: “O que é família na sua concepção?”. Na sua grande maioria a resposta foi: “Família é a base de tudo” (Sujeito C). Para todos os sujeitos entrevistados família é a base da vida. Colocam a família em primeiro plano, enquanto um conjunto de pessoas que se apóiam em todos os momentos. “Família é qualquer pessoa, não precisa ser de sangue” (sujeito E). “Tenho família em casa e no trabalho” (Sujeito E). Mais uma vez a concepção de família se sustenta na ajuda mútua. Como a maioria dos trabalhadores passa maior parte do tempo em atividades laborativas, convivem mais tempo com colegas de trabalho, incluindo estes em seus arranjos familiares.

A família é tida como base de sustentação dos indivíduos tanto economicamente quanto afetivamente. A partir dos discursos observou-se a importância e a centralidade da família na vida dos sujeitos, a família vem em primeiro lugar e tem seus rebatimentos no trabalho, já que alguns sujeitos disseram que seus colegas de trabalho se agregam ao seu conceito de família.

Por meio dos laços de solidariedade as gerações se desenvolvem e adquirem autonomia. Sendo assim, as relações estabelecidas dentro das categorias família são de apoio e subsistência, afeto e dependência. A família vem enquanto prioridade total na vida de todos os sujeitos entrevistados. Já para a categoria trabalho as concepções mais latentes foram de compromisso em realizar de maneira correta as atividades laborais ou de alienação de troca de força de trabalho pelo valor salarial.

Torna-se de extrema importância para esse projeto uma análise não somente da visão que o trabalhador tem a respeito do cotidiano de trabalho, mas também explicar aspectos da relação família/trabalho já que o indivíduo social em sua maioria se desenvolve, sustenta econômica e afetivamente dentro dos laços familiares. “Família é o alicerce”. “Quando tu precisa de apoio a família ta sempre ali. Se tu não contar com tua família vai contar com quem?” (Sujeito N). Assim como na categoria trabalho a categoria família também vem por meio da história sofrendo

metamorfoses. As configurações de família aparecem mudando no decorrer da história. Como refere Acosta e Vitale apud Dowbor (2010, p. 294):

A família ampla, na qual se misturavam avôs, tios, primos, irmãos, essa praticamente desapareceu, ainda que sobreviva em regiões rurais. O capitalismo moderno, centrado no consumismo, inventou a família economicamente rentável, composta de mãe, pai e um casal de filhos, o apartamento a geladeira, para doze ovos, o sofá e a televisão, É a família nuclear.

Wagner e Lewandowski (2008) explicam que no curso da história da sociedade, alguns elementos contribuíram para as novas configurações da família. A aprovação da lei do divórcio, a diminuição da prole familiar, diminuição de casamentos oficiais, aumento do número de casais sem filhos, entre outros fatores que colaboraram para o desenho da nova família brasileira, onde o modelo de família nuclear tradicional está sendo menos freqüente, a modernidade trouxe seus rebatimentos ainda para essa categoria.

Na contemporaneidade a dimensão de família se expandiu, já que as relações entre os homens em sociedade se diversificaram. Os sujeitos agregam não somente os membros de laços sanguíneos em seu agrupamento familiar, como ainda colegas de trabalho, amigos, enfim, pessoas com as quais interage no decorrer da vida. Contatou-se por meio dessa reflexão que nenhuma categoria da vida dos seres humanos é estática, estagnada, família, trabalho, cultura, etc, estão sempre em movimento e em processo de transformação, já que a sociedade muda constantemente. O grupo musical O Rappa (2005, p. s/p) na música intitulada “Não perca as crianças de vista” versa:

[...] Família, um sonho ter uma família  
 Família, um sonho de todo dia  
 Família é quem você escolhe pra viver  
 Família é quem você escolhe pra você  
 Não precisa ter conta sanguínea  
 É preciso ter sempre um pouco de sintonia [...]

Embora a família tenha estruturado novas configurações no decorrer da história da sociedade, essa categoria é tratada como prioridade na vida de grande parte dos sujeitos. A família é um agrupamento de pessoas que se unem por meio de laços afetivos e objetivos em comum. É nesse contexto familiar que esses sujeitos criam uma interdependência uns com os outros, principalmente por questões concretas de subsistência, de possibilidades de acesso a bens e serviços, influenciados pelo contexto, pela cultura, e contemporaneamente pela velocidade da

informação, onde as mudanças acontecem rapidamente. Nessa perspectiva que Szymanski (2002, p. 95) informa:

Para compreendê-las e desenvolver projetos de atenção à família, o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, entendem os idosos, formam crianças e adolescentes.

Ter mais tempo para passar com os familiares foi uma demanda apresentada pelos trabalhadores. “Minha família reclama sim, porque não tenho tempo para eles. Sou chamado a qualquer momento, e quando estou de folga estou cansado e não sai pelo cansaço” (Sujeito D). Mais um elemento manifesto que confirma os rebatimentos que o trabalho tem na família e vice versa. Para os sujeitos família e trabalho são de extrema importância em suas vidas, mas nesse caso específico o trabalho requer tempo excessivo para esses trabalhadores, e a consequência disso é que, os mesmos não dispõem de tempo para convivência familiar com esposas, filhos, mães, etc. Esses rebatimentos causam situações de estresse na interação trabalhador/ família, gerando um desconforto na convivência. Conforme Sawaia (2010) a permanência da família no decorrer da história da humanidade se justifica pelo elemento afeto. Sua eficiência e sucesso dependem primordialmente dos vínculos afetivos. Isso significa dizer que o afeto, o diálogo, o companheirismo é o que mantém a união familiar.

Quando os trabalhadores foram questionados sobre a opinião da sua família sobre seu trabalho, responderam: “Eles reclamam, porque não tenho tempo para sair, viajar. Sou chamado a qualquer momento” (sujeito D). A amostra que respondeu essa questão foi a dos 7 trabalhadores, que teceram reclamações pela sobrecarga de trabalho, pelo motivo já citado anteriormente, de o trabalhador não ter tempo disponível para a família, pelos riscos, e também reclamam quanto aos salários. Nesse contexto o trabalhador fica vulnerável, já que em decorrência de sua carga horária de trabalho dispõe de pouco tempo para a família, o que causa uma série de desconfortos nas relações familiares. Mas ele não pode correr o risco de ficar desempregado, mesmo que os rebatimentos de seu trabalho afetem diretamente sua convivência com esposa, filhos, mães, etc. Carvalho (2010, p. 271) coopera:

se o indivíduo possui trabalho e vínculos sóciofamiliares, encontra-se potencialmente incluído nas redes de integração social. Se lhe falta ou o trabalho ou os vínculos, escorrega para zonas de vulnerabilidade. E se perde trabalho e vínculos, pode tombar em processos de “desafiliação” social.

Notou-se dessa maneira que existem descontentamentos referentes à disponibilidade dos trabalhadores, já que são chamados para trabalhar a qualquer momento, mesmo estando de folga. Planejamentos e programações de atividades com os familiares ficam comprometidos. “Não tenho tempo para ficar com minha família. Fazem dois meses que não vejo minha mãe, mesmo ela morando perto. Quando estou em casa, estou muito cansado e acabo não saindo com minha esposa e meu filho” (Sujeito D). Assim como no trabalho, as configurações familiares também vão se transformando de acordo com as mudanças do modo de produção capitalista. As relações de produção também se transformaram, fazendo com que os trabalhadores realizem turnos extras para dar conta dos gastos domésticos, do sustento da família.

Nessa pesquisa não foi muito expressivo o número de mulheres que estão atuando no mercado de trabalho – das 6 esposas ou mães dos trabalhadores, apenas uma realiza atividades fora do lar - a maioria delas realiza exclusivamente atividades do lar. Num momento posterior os familiares dos trabalhadores foram questionados pela pesquisadora: O que você pensa sobre o trabalho de seu familiar na empresa? O desgaste mental e físico é apresentado pelos sujeitos enquanto fator maior que influencia nas relações familiares, já que os sujeitos ou estão em suas atividades laborais ou estão em casa com acúmulo de cansaço e estresse, o que ocasiona conflitos familiares, já que a interrelação dos membros da família fica prejudicada. “Acho bom esse emprego dele (esposo). O pior é o tempo que ele fica no serviço, muito puxado. Ele nunca ta em casa. Acho que ele é explorado por causa do tempo que ele trabalha por dia, é muito desgaste físico e mental” (Sujeito I).

O contraponto vem no sentido de que os familiares entrevistados mencionam que para a realidade local (São Borja) “está bom” – devido à escassez de empregos – e que os trabalhadores (principalmente os do setor do apoio) gostam do que fazem. “O trabalho é muito bom, é cansativo, com muitas ocupações, trabalha aos sábados, mas ela gosta do que faz” (Sujeito L). “Acho bom pelo sustento da família,

mas nunca estou tranqüila porque ele corre muitos riscos trabalhando na rede elétrica” (Sujeito M).

É no âmbito familiar que se dá a garantia de sobrevivência, a proteção, o afeto, a educação, valores éticos. Outro episódio relevante é que as famílias contemporâneas são ramificadas por diversas estruturas onde convivem mãe e filhos, pai e filhos, filhos sozinhos, casais com condição sexual diversa entre outras possibilidades. Alguns estudos já indicam que onde há pessoas que dividem um mesmo lar, há uma família. Sendo manifesto o fato de que a família tem intensa influência na constituição da identidade dos sujeitos bem como a centralidade que a categoria trabalho apresenta na vida laborativa das pessoas, torna-se relevante uma diversidade estudos que analisem a transversalidade dessas categorias.

A família evidentemente demanda de atenção por parte do Estado, já que é nela que se desenvolvem os sujeitos sociais. É nesse sentido também que a inserção do profissional do Serviço Social dentro das empresas tratará de investigar a realidade tanto de trabalhadores quanto de suas famílias, trabalhando no sentido de garantia de direitos desses sujeitos, na intenção da melhoria da qualidade de vida da classe-que-vive-do-trabalho. Ferrari e Kaloustian (2010, p.12) explicam:

a família enquanto forma específica de agregação tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas e programas próprios, que dêem conta de suas especificidades, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, o trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, a família enquanto unidade de renda e consumo e forma de prestação de serviços em seu espaço peculiar que é o doméstico.

Objetiva-se por meio dessa investigação social detectar como as famílias dos colaboradores entrevistados compreendem a influência do trabalho em seu cotidiano, quais aspectos vêm sofrendo transformações em decorrência dos impactos dos processos laborativos desenvolvidos por seus familiares. Na atualidade os espaços de trabalho e família podem se confundir, muitas vezes pela sobrecarga de trabalho o sujeito apenas volta para casa para dormir (casa-dormitório) e suas relações afetivas com seus familiares ficam drasticamente comprometidas.

Os familiares foram indagados sobre quais influências o trabalho traz para as relações familiares? Houve a demanda de convivência e planejamento de lazer com mães, esposas, filhos, etc. “Solidão inclusive em finais de semana. Falta tempo de convivência, tempo para conversar. Ocorre afastamento, saudade, não consigo

acostumar” (sujeito H). “Fico sozinha nos finais de semana, não posso planejar nada porque ele não tem horário fixo” (Sujeito I). Outro fator relevante quanto à expressão de opinião dos membros das famílias entrevistados foi que a cesta básica fornecida pela empresa é de suma importância para o suprimento das necessidades de alimentação das famílias beneficiadas. “Pra mim uma grande influência do trabalho na família são as cestas básicas que recebo, meus dois filhos trabalham na firma, daí ajuda bastante né” (Sujeito J). “A influência positiva pra nossa família é que ele tem trabalho e também tem a cesta básica, dá pra economizar no mercado assim” (Sujeito N).

A ocorrência de interação recreativa entre as famílias das equipes de trabalho na empresa é um fator positivo da influência que o trabalho tem na vida desses sujeitos. A maior influência que foi detectada nas entrevistas foi no sentido do “ter um trabalho”, a importância dada pelas famílias à essa “segurança” que mantém o lar, mesmo que ela tenha inúmeros rebatimentos no ambiente familiar. Ter um “emprego” torna-se relevante, já que existe o salário para o sustento das necessidades básicas de todos. Iamamoto (2010, p. 66) colabora:

O trabalhador vendeu sua força de trabalho pelo equivalente dos meios de vida, consumidos na sua conservação, e forneceu o trabalho, esta atividade conservadora e criadora de valor, que se incorpora ao capital como atividade que lhe pertence.

Está aí um resquício da mais valia, já que o trabalhador gastou o seu salário para manter suas necessidades e o capitalista transformou o excedente em propriedade privada. O trabalhador tem que reiniciar sempre do zero, produzir tudo novamente e ganhar o mesmo salário, sendo um “colaborador” da reprodução do modo de produção hegemônico. Ainda Iamamoto (2010, p. 66) com disserta:

O produtor direto sai do processo como entrou, como mera força de trabalho, tendo que reiniciá-lo para manter viva sua capacidade de trabalho. Já o capitalista transformou seu capital em capital real, em valor que se valoriza a si mesmo, e o produto total obtido é sua propriedade.

Mesmo que hoje a qualidade de vida dos trabalhadores seja discutida, que as atitudes empresarias venham mudando. Deve-se refletir como organizam-se as relações de trabalho, como laços afetivos bem como qualidade vida estão sendo ou não comprometidos pelo fator trabalho. Fritsch e Rocha (2002, p. 57) trazem conceito de qualidade de vida segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS:



Qualidade de vida, segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, “é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Este conceito traduz a subjetividade e o caráter multidimensional da qualidade de vida. Se pensarmos a qualidade de vida no trabalho, precisamos pensar na categoria ‘trabalho’.

Dessa forma, a qualidade de vida de um sujeito, sua realização enquanto sujeito inserido num contexto social depende diretamente de suas atividades laborais, em que condições que as mesmas são desenvolvidas e em que medida afetam de maneira positiva ou negativa a vida desse sujeito. Trabalhadores foram pesquisados: “Você acha que seu cotidiano de trabalho influencia em suas relações familiares? De que maneira?”. Destacaram-se enquanto Influências positivas: ter trabalho e dinheiro que para suprir as necessidades básicas, ter acesso a bens e serviços e a inserção no mercado de trabalho. Influências negativas: estresse, ausência em casa, riscos, descontentamentos da família, no sentido de que a sobrecarga de trabalho, gera estresse no trabalhador e conseqüentemente geram rebatimentos no ambiente familiar expressos por meio de conflitos nas relações.

A questão que mais está concentrada é a “não disponibilidade” de tempo desses trabalhadores para convívio familiar. “Tenho emprego e dinheiro para pagar minhas contas, mas não posso ficar muito tempo com minha família, meu filho sofre muito” (Sujeito D). Novamente o fator ético-moral e histórico-social aparece relacionado com a categoria trabalho. O dever ser, o homem enquanto provedor do lar, o trabalho enquanto fator moral. Essas são determinações da sociedade burguesa, onde os sujeitos direcionam suas vidas, projetam algo por meio do trabalho. Yamamoto (2010, p. 355) discorre acerca do tema:

assim, o trabalho objetiva tanto valores e o dever ser, o comportamento do homem orientado para finalidades sociais. Contém uma dimensão de conhecimento e uma dimensão ético-moral implicados na natureza teleológica do trabalho: o essencial ao trabalho é que nele não apenas todos os movimentos, mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente.

Esses foram os desvelamentos obtidos por meio da pesquisa, trabalhadores e suas famílias expuseram suas opiniões de forma muito receptiva e clara, sem rodeios ou constrangimentos. Verificou-se mesmo que o trabalho gere rebatimentos na maioria das situações negativas para trabalhador e família, grande parcela dos trabalhadores dispõe de motivação para que a situação se transforme – uma das

motivações é a inserção do Assistente Social na empresa – e essa motivação tem um fundo que é a questão do salário que mantém os lares desses sujeitos.

Tanto trabalhadores quanto familiares expuseram grande descontentamento quanto à qualidade e quantidade de tempo disponível para a realização de atividades de lazer e descanso em família, cabe à equipe gestora da instituição lançar meio de enfrentamento dessas demandas que inclusive foram já detectadas a mais de um ano por meio de análise institucional elaborada pelo Serviço Social na empresa.

A próxima pauta dessa pesquisa trata de considerações sobre como o profissional Assistente Social pode por meio de seu referencial e instrumental possibilitar estratégias de combate às expressões que emergem da realidade estudada. O item abordara qual a opinião dos trabalhadores e seus familiares acerca da atuação do Serviço Social na empresa pesquisada.

#### **4.3. POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL GERADAS PELA RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO**

O presente estudo escolheu investigar, não apenas fatos, realidades contraditórias, situações familiares, concepções acerca da categoria trabalho e família, como ainda, identificar as expressões da questão social - ou até mesmo a qualidade de vida - as vulnerabilidades sociais a que esses sujeitos estão expostos, propondo assim, alternativas de intervenção para a superação dessas expressões, para garantia de direitos aos sujeitos envolvidos no informado contexto. Ao realizar a pesquisa - para finalizar o conjunto de perguntas aplicadas nos trabalhadores da empresa e suas famílias - foi questionado a opinião dos sujeitos com relação à atuação do profissional do Serviço Social no âmbito empresarial.

Os trabalhadores responderam que assistente social inserido na empresa poderia atuar no sentido da mediação entre trabalhador e equipe gestora, amenizando dessa maneira a necessidade de expressar opiniões ou demandas do cotidiano de trabalho. “O Serviço Social faz muito sentido dentro da empresa, pelo fato de chegar a todos os colaboradores sem tomar partido” (Sujeito E). “Esse profissional irá analisar qual medida deve ser tomada para melhoria do trabalho”

(Sujeito B). “Tem gente adoecendo por causa do estresse e das cobranças. “A maioria precisa e tem necessidade de ser atendido” (Sujeito A).

Observou-se durante o processo de pesquisa além, da demanda do Assistente Social na instituição, atuando no sentido de busca da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias, gerando dessa forma um ambiente de trabalho saudável, que por sua vez terão rebatimentos no ambiente familiar de maneira positiva. Iamamoto (2007, p. 66,67) indica:

poder-se-ia dizer que o Serviço Social em uma empresa produz treinamentos, realiza programas de aposentadoria, viabiliza benefícios assistenciais e previdenciários, presta serviços de saúde, faz prevenção de acidentes de trabalho, etc.

Na modernidade, com a flexibilização das relações de produção – automação, diminuição da força de trabalho, aumento da produção, etc – alguns impactos rebatem diretamente no cotidiano de trabalhadores e suas famílias. Algumas empresas aderem à criação de uma série de benefícios destinados aos trabalhadores para que as demandas advindas desses impactos ocasionados pelo capital serão amenizadas. Faleiros (2006, p. 129) contribui:

Nessas empresas modernas há um sistema de benefícios controlados por ela ou terceirizados para aumentar a satisfação da força de trabalho, atendendo a inúmeros problemas do cotidiano – como acesso a serviços, documentação, restaurante, empréstimos, transporte, educação, bolsas de estudo – envolvendo a família.

É preciso ter clareza de como se materializa esse processo em cada instituição, cada realidade carecerá de intervenções condizentes com a demanda do concreto, num determinado espaço e contexto. Iamamoto (2010) exemplifica algumas alternativas de intervenção utilizada por Assistentes Sociais no âmbito empresarial.

A autora esclarece ainda o Serviço Social é um trabalho socialmente necessário já que interfere diretamente na sobrevivência da massa trabalhadora, por meio da materialização de projetos, programas e serviços destinados ao acesso deles pelos trabalhadores. Propostas de melhoria de qualidade de vida direcionada aos trabalhadores unem-se à preocupação que algumas empresas – parceria Assistente Social, Recursos Humanos e outros profissionais – já estão adotando em suas estratégias de gestão, que é o conceito de responsabilidade social. Rocha e Fritsch (2002, p. 54) explanam:

A responsabilidade social das organizações muda substancialmente o papel das mesmas e as formas de gerenciamento. As organizações socialmente responsáveis, além de cumprirem legislação, devem elaborar políticas e desenvolver práticas de valorização do ser humano, sociedade e meio ambiente. Torna-se imprescindível, para gerar organizações excelentes, a conquista de pessoas motivadas e comprometidas.

Há a necessidade de implementação de um sindicato da classe. Já que a transformação da realidade deve ainda ser fruto da organização e sensibilização por parte dos próprios trabalhadores, seria errôneo fomentar o fato de que o profissional do Serviço Social deveria centralizar e dar conta de todas demandas sem envolvimento dos trabalhadores – até porque o Serviço Social irá assim retroceder à suas origens conservadoras de paternalismo. Freire apud Mota (2010, p. 172) coopera com essa reflexão, dissertando que “em períodos de crise, é a capacidade das classes fazerem política, isto é, de construírem formas de articulação e objetos de consenso de classe, que define as tendências do processo social”. Dentro da perspectiva de atuação do assistente social é válido tecer esclarecimentos acerca da profissão.

Desde o movimento de reconceituação da profissão nos anos 60 – romper com o conservadorismo, paternalismo e assistencialismo dentro do Serviço Social -, que se buscam aspectos profissionais direcionados para a busca de uma nova ordem social, por meio de uma atuação despida de neutralidades. Faleiros (2006, p. 138) clarifica a visão:

Romper com a ideologia da neutralidade e mostrar o comprometimento das ações sociais foi a principal questão posta pelo movimento de reconceituação, o que é hoje, mais atual que nunca, pois a análise da relação entre estrutura e superestrutura, entre a reprodução da força de trabalho e sua articulação como força social se faz mais consciente ao nível do Serviço Social.

Mais complicado é trabalhar na contracorrente do sistema vigente, lutar por garantia e efetivação dos direitos, do direito que os sujeitos têm de acessar o Serviço Social, de não aceitar opressões, imposições, de um Estado mínimo que não olha para os sujeitos enquanto coletividade. Assistentes Sociais comprometam-se cada vez mais, com o projeto ético-político, com uma construção teórico-prática articulada com o movimento histórico da sociedade.

Conforme a Lei nº 8.662/9 – Lei de Regulamentação da Profissão de 7 de junho de 1993, Art. 4º - Constituem competência do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração

pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; entre outras. O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, onde o profissional Assistente Social é assalariado e dispõe de uma autonomia relativa. Iamamoto (2010, p. 215) reflete:

[...] essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil. O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade.

A autora tenta explicitar que a autonomia relativa diz respeito às relações estabelecidas pelo assistente social no espaço sócio-ocupacional que irá ocupar, já que no processo de trabalho do mesmo estarão latentes questões como recursos, espaço físico, relações de poder, realidade do local, entre outros fatores que interferem na autonomia profissional do assistente social. Detectou-se ainda a necessidade desse profissional trabalhando nas demandas tanto dos trabalhadores quanto de suas famílias. Há necessidade de abrir alternativas de garantia de proteção social para esses sujeitos. Essas demandas e tantas outras, já haviam sido detectadas durante o processo de estágio que deu-se durante um ano na empresa, mas o trabalho iniciado só se torna efetivo quando tem continuidade. Carvalho e Netto (2007, p. 52) elucidam quanto ao Serviço Social:

o Serviço Social é uma profissão que tem características singulares. Ela não atua sobre uma única necessidade humana (tal qual o dentista, o médico, o pedagogo...) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade, sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fator de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

No caso desta pesquisa, o Serviço Social direciona-se no sentido de investigar e propor estratégias de enfrentamento de vulnerabilidades vivenciadas cotidianamente pelos trabalhadores do setor privado bem como suas famílias. De acordo com Carvalho e Netto (2007, p. 17) “a vida cotidiana, faz algum tempo, é, sobretudo o centro de atenção do Estado e da produção capitalista de bens de consumo”. Ou seja, o Estado regulamenta leis, fiscaliza, intervém proíbe, controla as informações, etc. O estado moderno então passa a gerir a sociedade, explorá-la por meio de seu controle. Carvalho e Netto (2007, p. 19):

sob um certo ângulo, a vida cotidiana é em si um espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva, e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão.

Sendo assim, o cotidiano é uma categoria na vida dos sujeitos, difícil dizer qual sujeito não “mergulha” em seu cotidiano, em suas atividades de todo o dia: ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, jantar, almoçar, ver televisão, etc. Portanto, o Estado e o modo de produção capitalista aproveitam-se dessa condição de “dependência” dos sujeitos com seus cotidianos para lançar estratégias de dominação, exploração e alienação.

A família então opinou quanto realizada a pergunta “Qual contribuição você pensa que o Serviço Social possa vir a trazer para a melhoria das condições de trabalho de seu familiar ou no âmbito da própria família?”. A maior parte dos entrevistados respondeu que o Assistente Social - da mesma forma como opinado pelos trabalhadores - irá trabalhar na mediação entre patrão e empregado, visando minimizar os conflitos ou falhas de comunicação existentes. “O Serviço Social pode ajudar na comunicação entre patrão e empregado, orientando famílias e ajudando também a melhorar as condições de trabalho com projetos” (Sujeito I).

O assistente social poderá estar atuando na elaboração de projetos que envolvam a família como cursos de geração de renda – atividade já iniciada com a atuação do Serviço Social na empresa durante o processo de estágio que teve duração de um ano. A criação de um plantão social foi mais uma sugestão das famílias que muitas vezes tendem a ligar para a empresa para recorrer ou ao familiar ou à alguém da equipe gestora objetivando a solução de problemas pessoais, deslocando dessa maneira o trabalhador ou equipe gestora dos objetivos laborais. “Não resta dúvida que o Serviço Social na empresa vai ajudar. Trazendo cursos para gerar renda, auxiliar as famílias, ajudar na comunicação com o dono” (Sujeito J). “Acho importante o Serviço Social, porque a empresa pode ver a realidade do empregado” (Sujeito M). Nesse sentido Carvalho e Netto (2007, p. 59) articulam:

[...] toda prática social é determinada: por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pela necessidades e possibilidades próprias à seus atores e próprias à realidade em que se situam.

Esses desvelamentos do real não aconteceram somente durante o processo de coleta de dados do presente projeto de pesquisa, como ainda na experiência de

estágio, fazendo com que a pesquisadora estivesse mais interada tanto do funcionamento da instituição – já que foi realizada Análise Institucional – quanto das vulnerabilidades vivenciadas pelos trabalhadores. A experiência de formação possibilita a formação de estratégias de enfrentamento dessa realidade social, que já vinham sendo formuladas desde o processo de desenvolvimento do Projeto de Intervenção durante o período de estágio obrigatório.

Desse modo, o processo de trabalho do assistente social nessa esfera sociocupacional se dará – já que ainda não existe o Assistente Social efetivado no quadro funcional da empresa - numa perspectiva de vinculação às políticas públicas de proteção social (saúde, habitação, educação, assistência, previdência, lazer, etc), recorrendo assim, à rede de serviços local para a garantia de direitos dos sujeitos envolvidos em seu trabalho.

Barbosa, Cardoso e Almeida (1998) sinalizam que o profissional do Serviço Social é um trabalhador que está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, assalariado, que responde com estratégias à dominação burguesa. Lamamoto (2007, p. 141) reforça o pensamento no sentido de que “a consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade”.

É no olhar para as classes oprimidas que o Serviço Social deve direcionar sua prática e comprometimento ético, na busca pela afirmação de um projeto de sociedade que vise à autonomia, liberdade, emancipação dos sujeitos. Atuando com uma postura crítica (fugindo da neutralidade) frente a realidade, que exclui muitos e defende a propriedade privada enquanto bem maior. Devemos trabalhar sim no sentido de promover a qualidade de vida dos grupos sociais oprimidos. Carvalho e Netto (2007, p. 60, 61) novamente contribuem:

Para cumprir seu papel mediador, esta prática tem que estar embasada numa visão de mundo. É esta visão de mundo que, em última instância, fornece os horizontes, a direção e as estratégias de ação. Fornece, igualmente, as bases de um ato reflexivo partilhado, portanto coletivo, consciente e criativo.

O Assistente Social, independente do espaço sócio-ocupacional que irá atuar, deve manter o objetivo de efetivação do projeto ético-político da profissão formado pelo atual Código de Ética Profissional, aprovado no ano de 1993, pelas Diretrizes

Curriculares e pela Lei de Regulamentação da Profissão também do ano de 93 que define as atribuições e competências dos assistentes sociais.

Esse projeto profissional é uma construção contínua e cotidiana. De acordo com texto produzido pelo CFESS/São Paulo (2009, p. 2) o projeto ético-político profissional requer um conjunto de mediações que articulem a luta por um projeto societário anticapitalista às estratégias de enfrentamento num tempo presente”. “Este é um projeto coletivo de uma categoria profissional que construiu procedimentos e instâncias de decisão democrática”. O projeto tem como base teórico-metodológica a dialética enquanto categoria fundante da vida social e é um processo, uma luta coletiva que se inscreve na história da vida real.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (2011), campus São Borja, O perfil do profissional que o processo educativo busca garantir ao final do curso envolve: formação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa; atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento; visão crítica e atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço; compreensão da necessidade de contínuo aperfeiçoamento profissional; sensibilidade para as questões sociais, culturais e ambientais; engajamento efetivo e crítico nas instituições onde atuar, de modo a colocar os serviços dos mesmos em função dos usuários; profundo conhecimento do contexto conjuntural identificando as estratégias de ação profissional, efetivando os compromissos estabelecidos no código de ética da profissão; interesse pela condição do homem e pela sua qualidade de vida.

Considerando todos esses aspectos essenciais para a formação enquanto assistente social, bem como a realidade pesquisada, tornou-se importante o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades enfrentadas pelos trabalhadores e suas famílias.

Nesse sentido é essencial a primazia dos princípios fundamentais que regem a profissão de assistente social, materializados no Código de Ética dos Assistentes Sociais, por meio da Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. Alguns deles é válido citar: 1) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; 2) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; 3) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa



primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; 4) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; 5) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

A família tem grande importância para o desenvolvimento dos sujeitos em sociedade, sejam esses sujeitos crianças, adultos ou idosos. O Assistente Social deve estar atento à regulamentação que o auxilie no planejamento de ações que tenham a família enquanto elemento central para a garantia de qualidade de vida dos cidadãos. Uma lei que auxilia os assistentes sociais na busca pela garantia, acesso e efetivação dos direitos sociais é a Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 que altera a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993. A referida lei dispõe sobre a organização da Assistência Social e auxilia no sentido de criação de estratégias de trabalho no sentido de buscar na rede de proteção subsídios que possam contribuir para a amenização de vulnerabilidades detectadas no contexto na qual acontece o trabalho do profissional.

O Art. 6º. da mesma lei traz: A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2011).

Já o Art. 24 da Lei Orgânica de Assistência Social regulamenta e institui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. A Norma Operacional Básica – NOB/SUAS

(2005, p. 16) também é um instrumento que legitima o movimento de construção de uma ordem societária que preze pela proteção social dos cidadãos brasileiros, “suprindo suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar”. Essa inclusão dar-se-a por meio de ações de aquisições materiais, sociais, socioeducativas, entre outras. Dá grande relevância ao protagonismo dos cidadãos e suas famílias. A NOB/SUAS (2005, p. 16) elucida no que tange a assistência social:

A proteção social de assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

Ainda na NOB/SUAS (2005, p. 17) aparece como um dos princípios da proteção social de assistência social a “*matricialidade sóciofamiliar*” significando que:

A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; e ainda que a defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.

A legislação indica estratégias de fortalecimento do trabalho do profissional do Serviço Social independente da instituição de atuação. E essas estratégias não são receitas prontas, mas sim produto da análise das particularidades e diversidades de cada contexto, movimento este realizado pelo profissional atendo às transformações da realidade. Faleiros (2006, p. 87) colabora com a reflexão:

Temos que aprofundar as particularidades. Não podemos querer encaixar a realidade num modelo único. Será pura dedução reduzir as classes, hoje, ao modelo de classe do século XIX. [...] É preciso revalorizar a diversidade de visões, a tolerância, sem confundi-las com ecletismo, considerando-se a diversidade e a pluralidade num processo interativo, conflituoso.

Diante da realidade observada, seguem então, algumas estratégias de intervenção no âmbito empresarial: 1) Cursos de Geração de renda – manicure, artesanatos em geral, cursos de salgados e doces, entre outros - envolvendo o universo familiar; 2) Cursos de Qualificação Profissional e Palestras Informativas– família e trabalhador; 3) Visitas Domiciliares e posteriores encaminhamentos dos sujeitos demandantes para os programas municipais de proteção social básica e

especial – CRAS, CREAS, CAPS; quando oportuno 4) Plantão Social (uma das demandas mais solicitadas pelos trabalhadores e familiares) visando encaminhamentos e estratégias de ação; 5) Mediação entre trabalhador e equipe gestora; para discussão/ avaliação/resolução da questão apresentada; 6) Trabalhar a cultura da comunicação interna por meio da procura por informações via mural e jornal da empresa; 7) Absenteísmo; 8) Alcoolismo/Drogadição; 9) Criação de um banco de dados (redes sociais) com informações dos serviços e/ou políticas sociais oferecidos pelos órgãos governamentais e municipais em São Borja:

Estes foram são algumas estratégias de intervenção para o assistente social diante das demandas do Serviço Social empresarial. Vale salientar que um projeto só se efetiva se nele for dado o devido empenho dos profissionais envolvidos e se for dada continuidade na sua execução.

Além do profissional do Serviço Social ter o compromisso de realizar seu trabalho, indo de encontro com o que apreendeu em seu processo de formação, ainda deve haver articulação significativa entre as esferas indivíduo, da família, da comunidade e trabalho com as esferas econômicas, políticas e culturais, já que a sociedade não se constitui com entes isolados.

Esses elementos devem estar em constante comunhão e harmonia para que os indivíduos obtenham a real qualidade de vida, por meio de uma organização social que efetive os direitos dos cidadãos. Se a categoria pretende transformar a realidade, todos os seus aspectos devem ser considerados, como a historicidade em que o fato se dá, sua totalidade e suas contradições, para que as estratégias de intervenção clareiem e reforcem os objetivos deste trabalhador social que é o Assistente Social.

Diante do que foi expresso, realidades, opiniões, contradições, encaminha-se para a finalização deste trabalho na certeza que no processo histórico onde se desenvolve a sociedade, transformações acontecem cotidianamente, e são vivenciadas por sujeitos que muitas das vezes estão à mercê desse sistema de produção que com sua pitada de perversidade gera conflitos, sejam eles de ordem objetiva – manifestos por meio de necessidades concretas dos sujeitos como alimentação, saúde, habitação, educação, etc – ou ainda por necessidades subjetivas como a qualidade do convívio familiar, sentimentos, contradições.

E onde se situa o profissional do Serviço Social nesse contexto? Na luta pela transformação social, não num sentido extremo de revolução imediata, mas sim na

construção de uma prática baseada num ideal de sociedade mais justa e igualitária, na preservação e efetivação dos direitos sociais dos usuários. Enfoca-se a necessidade de realização de mediação, na amenização de conflitos que são oriundos em geral da relação que se estabelece entre capital e trabalho.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse é o momento onde cabe dar as últimas ressalvas deste trabalho intitulado 'Trabalho e relações familiares: um debate contemporâneo no meio empresarial'. O interesse em abordar esse tema deu-se já nos processos de estágios I e II efetivados nessa instituição privada por um período de um ano. Justamente o estímulo, deu-se por ser uma instituição privada, onde o Serviço Social estava desenvolvendo um projeto pioneiro na área empresarial, já que a maioria das atuações e inserções do Serviço Social dá-se em instituições públicas e a atuação da área empresarial ainda carece de desenvolvimento e produções.

A experiência de estágio não foi suficiente para sanar inquietações, buscou-se então um maior aprofundamento na realidade dos sujeitos. Já que no período do estágio obrigatório o contato maior foi com os familiares dos trabalhadores a idéia da acadêmica era pesquisar especificamente contextos vivenciados pelos próprios trabalhadores e suas famílias, suas concepções, opiniões, sentimentos, etc.

A orientação do trabalho acoplada à experiência da orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elisângela Maia Pessôa – nesse âmbito, possibilitaram à acadêmica um maior entendimento e abertura de caminhos para desvelamento do contexto em questão. Indicações de bibliografias, orientações sistemáticas e a clareza da orientadora fizeram com que o processo da pesquisa se tornasse menos árduo, já que todo o processo de conhecimento requer esforços e nem sempre é fácil. Encaminhando o trabalho para sua finalização o que conclui-se então é que a questão da relação entre capital e trabalho faz-se a cada dia que passa mais presente na vida dos sujeitos. Os rebatimentos dessa relação tomam as mais diversas e complexas formas, sejam elas diretamente relacionadas a reprodução da vida social e concreta dos sujeitos sejam por meio de expressões que emergem das relações familiares e afetivas. A questão social expressa na contemporaneidade deixa os trabalhadores cada vez mais espremidos, encurralados, pelo modo de produção vigente, que exige cada vez mais, polivalência, rapidez, disponibilidade, racionalidade. Yamamoto (2010, p. 143) disserta acerca do tema:

nesse cenário, a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social.

Iamamoto ainda reflete que essa violência dispõe de reforço do Estado que tem como alvos fixos aqueles sujeitos que dispõe apenas de sua força de trabalho enquanto meio de sobrevivência, a classe trabalhadora. A profissão de Assistente Social não foge à regra do sistema, já que são profissionais, inscritos na divisão sócio-técnica do trabalho, que vendem sua força de trabalho aos empregadores em troca de um salário. Iamamoto (2010) reafirma que o profissional estará atuando sempre na região de afirmação do projeto ético-político profissional e do trabalho assalariado. Esse cenário terá complementos sempre emanados das relações mercantis, da propriedade privada enquanto fundamento da vida em sociedade. Ainda tendo como base Iamamoto (2010, p. 421) que coopera brilhantemente com o raciocínio:

o assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho -, as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha -, dependem do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas.

Dentro dessa linha de pensamento cabe refletir acerca da autonomia relativa trazida pela mesma autora, onde o assistente social se depara com entraves, obstáculos e regras institucionais a serem cumpridas, não pôra fazer o que achar que é prioridade e sim andar em acordo com a instituição na qual trabalha. Trazendo essa ressalva para a realidade concreta da empresa na qual se efetivou a presente pesquisa, verificou-se que tanto trabalhadores quanto equipe gestora em todos os momentos estiveram abertos para novas propostas, para debates realizados em reuniões, onde a realidade concreta foi apresentada – nos processos de estágio do Serviço Social – sendo sempre uma equipe com visão diferenciada de realidade, mesmo com suas contradições dispostos ao enfrentamento dessas questões e abrindo portas para que o Serviço Social efetivasse as propostas de trabalho, bem como a proposição de uma série de medidas a serem tomadas.

Conforme perguntas realizadas com os trabalhadores, existe a requisição do assistente social nessa organização, já que o resultado do estudo apontou que o trabalho na vida desses sujeitos é algo de extrema relevância devido suas demandas de sobrevivência. Independente do conceito que cada um tem sobre a

categoria trabalho, a mesma produz impactos em seu cotidiano, impactos esses que emanam contradições e desconfortos que advém das relações estabelecidas entre capital e trabalho, entre patrão e empregado. Os trabalhadores necessitam de representatividade de classe, organização, para que seus movimentos reivindicatórios não sejam apenas “conversas de corredores”.

É importante que ao findar o estudo aconteça a reflexão se os objetivos da pesquisa foram contemplados. Quanto ao objetivo que se propôs a investigar qual a percepção dos trabalhadores da empresa acerca da atividade laborativa que desenvolvem a resposta veio na direção de fonte de renda primeiramente, seguindo de obrigação, enquanto fator moral perante a sociedade. E essa atividade de produção desencadeia os fatores de estresse físico e mental na maioria dos trabalhadores. Enquanto alguns trabalhadores sentem-se engajados com a missão da empresa e pensam estar contribuindo outros se expuseram que se sentem pressionados em demasia pela cobrança exercida pela gestão e expressam vontade de retomada aos estudos para acesso de melhores cargos e salários.

Quando se buscou verificar a relação que se estabelece entre família e trabalho, para detecção das expressões da questão social conclui-se que o trabalho e a família se articulam naturalmente, já que o trabalho se desenvolve e desenvolveu no decorrer da história em função do provimento das necessidades do “lar”. Na realidade estudada os laços familiares estão desgastados pela sobrecarga de trabalho desempenhada pelos trabalhadores. A família é fundamental na vida dos sujeitos, mas está comprometida tanto pelo tempo disponibilizado pelos sujeitos para o convívio, quanto pelo elevado grau de estresse e cansaço vivenciado pelos trabalhadores.

Outro ponto relevante foi a importância dada pelos sujeitos na participação da família na empresa, seja via cursos ou palestras, seja via celebrações e comemorações festivas. Mais um objetivo específico foi contemplado quando buscou-se identificar as possibilidades de intervenção do Serviço Social junto às demandas apresentadas pelos trabalhadores.

Estratégias de combate ao estresse, ao desgaste físico e mental são demandas latentes, assim uma maior organização de cargas horárias trabalhadas que interferem diretamente no convívio familiar. Essas e tantas outras demandas como projetos na área da saúde e educação dos trabalhadores e suas famílias poderão ser desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar integrada ao Serviço

Social. Abrindo-se mais uma vez a oportunidade de estágio em Serviço Social de empresa.

A família segundo foi constatado por meio desse estudo, é peça fundamental e essencial na vida dos sujeitos, é para todos a base de proteção. E essa categoria é diretamente influenciada pelo cotidiano de trabalho de seus membros. A pesquisa revelou ainda que a maior demanda é de uma melhoria na qualidade de convívio familiar influenciada diretamente pelo tempo disponível que o trabalhador possui para estar com seus familiares.

Mesmo o trabalho sendo algo essencial para a sobrevivência humana, o afeto e o compartilhar em família se coloca em igual patamar às necessidades básicas do ser humano.

Fica-se na expectativa da efetivação do assistente social no quadro funcional da empresa, já que como constatado na pesquisa 100% dos trabalhadores e suas famílias opinam que este profissional colaborará para a melhoria da qualidade de vida de todos envolvidos no processo de trabalho seja direta ou indiretamente. Assim, retomando a questão da mediação, abordada por Pontes (2007, p. 179) ficou claro que “este profissional não é um mero “mediador”, mas um agente que trabalha com e nas mediações”. O autor esclarece que é nesse espaço tenso de resolução de situações de cotidiano e de imediaticidade que o assistente social irá construir sua intervenção, atuando com e nas mediações ultrapassando dessa maneira o limite da demanda profissional e resgatando as categorias históricas do contexto profissional.

O Serviço Social está sempre na contracorrente, na luta por um projeto societário, aprimorando os conhecimentos éticos bem como aperfeiçoando o instrumental, em prol de uma categoria que em sintonia busca a qualificação profissional e afirmação e legitimação nos diversos espaços sócio-ocupacionais. A pesquisa revelou que em primeiro lugar os trabalhadores da empresa precisam de organização, de representação regulamentada para que possam reivindicar por direitos, por acesso à serviços, ou até mesmo pela contratação de um profissional do Serviço Social que em parceria com outros profissionais poderão elaborar projetos para emancipação desses sujeitos. Mas é fundamental que esses sujeitos se mobilizem, já que sem a luta de classes o Serviço Social nesse contexto passa a atuar de forma a retroceder com ações paliativas, assistencialistas ou filantrópicas.



A pesquisa foi assim finalizada, demandas foram detectadas, opiniões relevadas, mas fica ainda uma lacuna. A lacuna é a falta de um profissional que lute ao lado dos trabalhadores, por melhores condições de vida, de trabalho, luta pelos direitos esclarecimentos de deveres também. Essa caminhada de investigações, visitas domiciliares, reuniões, encaminhamentos, elaborações de projetos foram válidas no sentido de clarificar para essa instituição a importância e relevância da atuação do Assistente Social nesse espaço. No sentido de soma, de proposições e não de “inimigo” do capital. O que se almeja é a amenização do sofrimento, dos flagelos dos sujeitos sociais, da melhoria da qualidade de vida, que os gestores se sensibilizem e concluam que o Serviço Social no meio empresarial será no sentido de contribuição seja para patrão, seja para trabalhador.

Esse estudo foi de fundamental importância para a minha formação. Ao ingressar na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, no ano de 2008, não tinha clareza acerca da profissão, de onde o assistente social se situava no contexto da sociedade, na inserção de mercado. Hoje compreendo a relevância desses profissionais para o contexto social.

É evidente que o mundo está em constantes transformações e o Serviço Social vêm amadurecendo nas suas práticas, no seu referencial teórico. Mas diante da minha experiência em particular senti falta de um referencial teórico mais vasto, inclusive no ambiente acadêmico, os docentes possuem pouca experiência nessa área. Agradeço mais uma vez à Prof<sup>a</sup> Elisângela Maia Pessôa que com sua postura ética, profissional e madura guiou-me nesse campo tão instigante desafiador que é o Serviço Social de empresa. Por mais que as estatísticas apontem que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais, devemos refletir que todo o espaço ocupacional ocupado pelo Serviço Social é um avanço para a primazia de uma nova ordem societária, um novo modelo de sociedade. Levo comigo o sentimento de privilégio por ter tido essa experiência diferenciada.

Desafios vencidos, tanto em campo quanto em sala de aula, já que a maioria dos colegas não teve aproximação com a temática e por vezes tenderam a julgar que eu ao inserir-me nesse âmbito empresarial estava reforçando a exploração dos trabalhadores em prol do capital. Não podemos esquecer que a práxis do Serviço Social nasceu das lutas sociais dos círculos operários, dá-se nas mediações entre capital e trabalho, busca uma nova ordem social. Diante do exposto Faleiros (2006, p. 139) reforça a idéia:

Nossa crise eterna de identidade profissional exige mais crítica, mais complexidade, mais comprometimento com as forças sociais de mudança para uma solução política dessa crise que não depende de metodologias, tecnocracias e burocratismo. Depende da construção teórico-prática de uma compreensão e de uma ação nas relações complexas do capitalismo de hoje.

Romper com a ideologia da neutralidade, buscar a transformação da identidade social, contestar as ações fragmentadas direcionadas pelo Estado à atuação do Serviço Social. Essas mudanças podem acontecer se o Serviço Social estiver articulando a sua identidade profissional com a mudança no atendimento à classes por meio de novas políticas. Penso não ser um ideal impossível e sim um trabalho a ser construído, em conjunto pela categoria profissional, sujeitos sociais e Estado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. **Qualificação Profissional: uma proposta de Política Pública**. Brasília – DF, jun 1995.

Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 19 dez 2011.

AMARAL, Ângela Santana do; MOTA, Ana Elisabeth. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elisabeth (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua morfologia. *In*: Serviço social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 69, mar. 2002.

BOSCHETTI, Ivanete Salete; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos de luta em defesa da humanidade**.

São Paulo, 16 de Nov. de 2009. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>> Acesso em: 02 de dez. 2011.

BRASIL. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

CARVALHO, L. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida**. *In*: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 57, jul. 1998.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Maria Solange. **Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social**. *In*: Revista Katálisis, v. 13 n. 1. Florianópolis, jan/jun 2010.. Disponível em:< >Acesso em: 19 dez. 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e Reestruturação Industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. *In*: MOTA, Ana Elisabeth (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Lúcia M. B. O Serviço social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. *In*: MOTA, Ana Elisabeth (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GAGNETEN, Maria Mercedes. **Hacia una metodologia de sistematización de la práctica**. Buenos Aires: Humanitas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANOUG, Silvio (org.); KALOUSTIAN, Ferrari. **Família brasileira: a base de tudo**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2010.

MACÊDO, Mirtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social: formulações diagnósticas**. São Paulo: Cortez, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 25ª ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa**. São Paulo: Cortez, 1987.

O RAPPÀ. **Não perca as crianças de vista**. Intérprete: O Rappà. *In: O Rappà Acústico MTV*. São Paulo: Warner Music, 2005. CD, faixa 9.

PESSÔA, Elisângela Maia. **Assistência Social ao idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRATES, Jane Cruz. **Planejamento da Pesquisa Social**. *In: Revista Temporalis*, ano 4, nº 7 (janeiro/junho). Porto Alegre: 2004.

**Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/projeto-pedagogico-do-curso/> Acesso em: 03 dezembro 2011.

ROCHA, Cleonice Silveira da; FRITSCH, Rosângela. **Qualidade de Vida no trabalho e ergonomia: conceitos e práticas complementares**. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 69, mar. 2002.

RICO, Elisabeth de Melo. **Teoria do Serviço social de empresa: objeto e objetivos.** São Paulo: Cortez, 1982.

SAWAIA, Bader B. **Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades.** *In: Família: Redes, Laços e Políticas Públicas.* 5ª ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SZYMANSKI, Heloísa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança.** *In: Serviço Social e Sociedade.* São Paulo: Cortez, ano XXII, n. 71. setembro 2002.

TRIVIÑOS. Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Universidade Federal do Pampa. Sistema de Bibliotecas. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos – conforme normas da ABNT.** / organização Cátia Rosana L. de Araújo, Cristiane Pereira Maciel, Dilva Carvalho Marques, Universidade Federal do Pampa, Sistema de Bibliotecas – Bagé: [s. n.], 2010. 60 . : il.

WAGNER, Adriana; LEVANDOWSKI, Daniela Cantenaro. **Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade.** *In: Revista Textos & Contextos, v. 7 n. 1.* Porto Alegre, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>> Acesso em: 18 dez. 2011.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este estudo objetiva analisar qual a compreensão dos colaboradores da empresa Sirtec Sistemas Elétricos acerca da categoria trabalho e como essas relações interferem no ambiente familiar para o desvelamento de concepções, conflitos, necessidades e representações simbólicas que se dão nas configurações do trabalho e seus rebatimentos no contexto contemporâneo. Sua participação será extremamente importante. Compreenderá uma entrevista com aplicação de roteiro semi-estruturado com perguntas simples de livre resposta. Todas as informações serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos onde será preservado o anonimato quanto a identificação dos participantes da pesquisa. A qualquer tempo poderá rever seu posicionamento ou desistir de participar da entrevista. Os custos da pesquisa correram por conta das pesquisadoras.

Caso desejar ter outras explicações sobre este projeto, poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis por meio dos telefones, acadêmica do Curso de Serviço Social Ana Paula Rochembach da Rosa (55) 96962730 e Dra. Elisângela Maia Pessôa (orientadora) (55) 9136-8708. Ressalto que as ligações podem ser realizadas inclusive à cobrar. Ainda em caso de dúvida poderá contatar o comitê de ética da Unipampa por meio do e-mail: cep@unipampa.edu.br.

Caso concorde em participar desta pesquisa, por gentileza, assine e date este Termo de Consentimento Informado, em duas vias idênticas, das quais uma ficará com você.

Muito obrigado!

São Borja, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Participante

---

Elisângela Maia Pessôa  
Pesquisadora responsável

---

Ana Paula R. da Rosa  
Acadêmica

**APÊNDICE B****FORMULÁRIO DE ENTREVISTA  
TRABALHADOR****Identificação****Nome:** \_\_\_\_\_**Idade:** \_\_\_\_\_**Escolaridade:** \_\_\_\_\_**Função/Cargo:** \_\_\_\_\_**Renda:** \_\_\_\_\_**Tempo de trabalho na empresa:** \_\_\_\_\_**Componentes familiares:** \_\_\_\_\_

1. O que significa trabalho para você?
2. Como compreende o trabalho que realiza diariamente?
3. Como sente-se em relação à seu trabalho?
4. O que é família na sua concepção?
5. Qual a opinião da sua família sobre seu trabalho?
6. Você acha que seu cotidiano de trabalho influencia em suas relações familiares? De que maneira?
7. Como você acha que o Serviço Social pode vir a contribuir para a melhoria das suas condições de trabalho e relações familiares?

**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA  
FAMÍLIA**

**Identificação**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_

**Renda:** \_\_\_\_\_

**Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**Grau de parentesco com o colaborador:** \_\_\_\_\_

1. O que você entende por trabalho?
2. O que você pensa sobre o trabalho de seu familiar na empresa?
3. O que é família na sua concepção?
4. Que influências o trabalho traz para as relações familiares?
5. Qual contribuição você pensa que o Serviço Social possa vir a trazer para a melhoria das condições de trabalho de seu familiar ou no âmbito da própria família?